

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

Departamento de Ciências Econômicas

Sebastião Nunes Amaral Neto

**UM NOVO PAPEL DO BRASIL NA DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO?
UM BALANÇO DO GOVERNO LULA A ÓTICA DA TEORIA DA DEPENDÊNCIA**

Florianópolis,

2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

UM NOVO PAPEL DO BRASIL NA DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO?
UM BALANÇO DO GOVERNO LULA SOB A ÓTICA DA TEORIA DA DEPENDÊNCIA

Monografia submetida ao Curso de Ciências Econômicas para obtenção de carga horária na disciplina CNM 5420 – Monografia, como requisito obrigatório para a aquisição do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Aluno (a): Sebastião Nunes Amaral Neto

Assinatura:

Matrícula: 08206617

Telefone e e-mail: (47)9624 7666 canaldireto@gmail.com

Orientador: Prof.(a): Nildo D. Ouriques

Florianópolis,

2012.

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

Departamento de Ciências Econômicas

A banca examinadora resolveu atribuir a nota 8,0 ao aluno Sebastião Nunes Amaral Neto CNM 5420 – Monografia, como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Banca Examinadora:

Prof. Nildo Domingos Ouriques

Prof. José Antônio Martins

Prof. Rabah Benakouche

Florianópolis,

2012

RESUMO

Este trabalho é um estudo sobre a economia brasileira no período do governo Lula. O objetivo é pesquisar se as relações econômicas do Brasil foram alteradas no que tange a divisão internacional do trabalho. Para tanto iremos retomar a teoria marxista da dependência para descobrir se o país deixou, ou não ser um país dependente.

Palavras-chave: Teoria Marxista da dependência, Subimperialismo, Divisão internacional do trabalho, Governo Lula.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
1.1 Tema e problema.....	7
1.2 Objetivos	7
1.2.1 Objetivos gerais.....	7
1.2.2 Objetivos específicos.....	7
1.2.3 Justificativa.....	8
2 METODOLOGIA	9
3 REFERENCIAL TEÓRICO E METODOLÓGICO.....	10
3.1 O Método	10
3.2 A totalidade e a dependência.....	12
4. TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA	14
4.1 CEPAL	14
4.1.1 CEPAL Versus TMD	16
4.2- Dependência: as necessidades da revolução industrial e suas imposições à América Latina....	17
4.3- Intercâmbio desigual: materialização da dependência nas relações do comércio internacional.	20
4.4- Super-exploração: um resultado ou uma determinante da dependência?	22
4.5 Industrialização da América Latina.....	25
4.6 Imperialismo e dependência.....	27
4.6.1 O que é imperialismo	28
4.6.2 Capital financeiro e dependência: Uma síntese das alterações na dependência.....	33
5 O BRASIL É UMA ECONOMIA DEPENDENTE?.....	36
5.1 Como comprovar, ou não, a existência da dependência?.....	36
5.2 A Pauta de exportação do Brasil	37
5.2.1 Para quem a economia brasileira exporta?	39
5.3- Importações.....	41
5.4 - Exportação de Capitais	42
5.4.1 Renda de Investimentos	43
5.4.3 Dívida Externa.....	44
5.4.4 Dívida Interna.....	45
5.5 Dependência e o Brasil: Mudar para não mudar	47
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	49
7 BIBLIOGRAFIA.....	52

1 INTRODUÇÃO

Em 2002, o PT assumiu a presidência da república cercado pela esperança da maioria da população brasileira de um governo diferente aos demais, que realizasse o desenvolvimento social no país.

Apesar dos escândalos de corrupção e a manutenção dos acordos com o FMI, ao final de seu mandato Lula obtém o maior índice de aprovação de um presidente pela população após a restauração do regime democrático burguês, tanto que Dilma Rousseff é eleita sua sucessora, iniciando o terceiro mandato do PT na presidência da república.

Outro importante fato é a crise econômica internacional que mantém seu desfecho em aberto. Ela coloca em cheque o mercado comum europeu e afeta diretamente os países centrais do capitalismo, um fato que estamos vivenciando desde 2008 de intensidade só comparada ao crash 1929.

Apesar da situação adversa nos últimos anos do cenário econômico internacional, o Brasil seguiu com índices positivos de crescimento e de desenvolvimento econômico, fato usado pelo PT como evidência definitiva da “transformação do Brasil do país do futuro para o país do presente”, que nos últimos oito anos se fez a economia nacional rumar para ser um país desenvolvido. Este trabalho tem a intenção de questionar, de por a prova o balanço oficial do governo sobre os oito anos de 2002 a 2010.

Pretendemos fazer esta contestação através da pesquisa: se houve ou não alteração no papel que cumpre a economia brasileira na divisão internacional do trabalho, ou seja, se as relações em que o Brasil foi inserido ao capitalismo, e que determinaram o desenvolvimento das suas forças de produção internas se alteraram neste período. Não podemos analisar o capitalismo de uma região como um fato isolado dos demais, e sim, como resultado único desse todo. A constatação de que não houve alteração nas relações internacionais que o capitalismo brasileiro está envolvido nos leva a conclusão de que nada se alterou. A constatação de que houve alterações, nos leva ao resultado inverso.

1.1 Tema e problema

O presente trabalho, possui como recorte temporal os dois mandatos do governo Lula(2002-2010), o tema é a aplicação da teoria Marxista da dependência ao caso brasileiro, com o objetivo de fazer um balanço do período de estudo. Portanto esta tese pretende trabalhar sobre dois pontos:

1. Um resgate da teoria da marxista da dependência;
2. Sua comprovação com dados da atual situação brasileira, ou seja, uma aplicação na realidade da teoria em questão. A colocaremos à prova da realidade.

1.2 Objetivos

Segundo a temática apresentada anteriormente, a presente pesquisa se desenvolve a partir da delimitação de objetivos principais e secundários, que tomados em seu todo dialético, nos dão através de uma análise totalizante, a noção do problema em questão.

1.2.1 Objetivos gerais

O objetivo deste trabalho é discutir a questão de se o Brasil é ou não um país dependente, se alterou ou não sua posição de país dependente durante o governo Lula. Analisando as possíveis alterações através das mudanças das relações com os demais países capitalistas nos anos de 2002 a 2010.

1.2.2 Objetivos específicos

Este trabalho tem alguns objetivos específicos que se entrelaçam para possibilitar o alcance do objetivo geral.

1.2.2.1 Fazer um resgate da teoria marxista da dependência, compreendendo-a em relação com a totalidade, confrontando-a TMD com a CEPAL, buscando sua materialização

no intercâmbio desigual entre os países, e relacionando-a com a super-exploração na busca por compreender suas relações com a dependência.

1.2.2.2 Entender como a industrialização da América Latina aconteceu em consonância com a relação de dependência, e como esta foi apenas mais um estágio de sua dependência.

1.2.2.3 Compreender o significado de imperialismo e a forma como este se relaciona com a TMD.

1.2.2.4 Construir uma análise das relações econômicas do Brasil a partir de sua Pauta de exportações e importações, importações de bens capitais; renda de investimentos e dívidas interna e externa.

1.2.3 Justificativa

A escolha desse tema resulta de uma indagação pessoal sobre o dever de um acadêmico frente à sociedade. A universidade deve ser um centro de formação de pensadores críticos e independentes com um papel ativo nas questões socialmente relevantes.

Dentro dessa ótica, a monografia deveria ter um desses importantes temas. A escolha foi discutir os limites do modelo de desenvolvimento que historicamente o Brasil está incluído, em outras palavras: A relação de dependência ao centro do imperialismo.

Começaremos conceituando a dependência e como ela se dá entre os países capitalistas, fazendo uma relação com a política do governo federal em seus últimos anos. Além de trazer a teoria marxista da dependência, a tanto esquecida pela Academia Oficial, provando sua importância e atualidade frente à realidade.

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa constitui uma análise da economia brasileira para estabelecer se suas relações econômicas mantêm ou não o caráter dependente com as economias centrais do capitalismo.

Abordaremos essa relação através da teoria marxista da dependência. Importante resgate, pois a mesma fica a margem do ensino oficial de economia durante a faculdade, além de reafirmar o marxismo como elemento fundamental para entendermos a economia.

Após esses apontamentos, procuraremos, com rigor analítico, observar a situação do Brasil com dados em relação ao comércio internacional e remessa de lucros. Pretendemos pôr à prova as teorias antes citadas com esse estudo de caso. A partir de dados da balança comercial, remessa de lucros, dívida externa, etc.

De forma proposital, nossa pesquisa vai se centrar no período de 2002/2010, justamente o período de Luiz Inácio da Silva, o Lula, a frente da presidência da república.

O fato é que pretendemos com este texto provar que o Brasil não está no rumo de se tornar um país desenvolvido como declara o discurso oficial que o mesmo não passa de propaganda política e não condiz com a realidade.

3 REFERENCIAL TEÓRICO E METODOLÓGICO

Este presente trabalho constitui uma análise do Governo Luiz Inácio Lula da Silva, sob a ótica da teoria marxista da dependência. A definição do marco teórico representa, antes de tudo, uma escolha metodológica, sendo esta tão importante quanto à escolha do tema.

Por isto, esta parte da obra é tão fundamental quanto à defesa da tese, ou mais, pois ela define qual direção traçaremos para todo o trabalho. Ao definir um método se faz a escolha de como “enxergamos o mundo”, é uma delimitação de quais elementos são importantes ou não em nossa análise. Portanto, esta é a maior definição possível em um trabalho.

A sua filiação teórica é uma consequência direta da forma metodológica que utilizada por um determinado autor. Esta relação pode acontecer de forma consciente ou não, como tratamos de ciência nesta obra, é de fundamental importância que esta escolha por determinada metodologia ocorra de forma consciente.

3.1 O Método

Nas próximas linhas iremos apresentar nossa compreensão sobre o que é o método materialista dialético, e como ele se relaciona com nossa pesquisa.

O mundo é uma amalgama de múltiplos fatores, nenhum fenômeno dentro dele é separado do restante do mundo. Esta relação de interdependência é também uma relação temporal, logo tudo tem uma história que o torna o que é. Não é por acaso que o livro “O CAPITAL” de Marx inicia com a análise da mercadoria, pois ela é a materialização de todas as relações sociais capitalistas.

O primeiro ponto a analisarmos é que tudo é uma relação social. A produção e reprodução humana só são possíveis pela existência coletiva, desde sua comida até a própria perpetuação enquanto espécie, só é possível no coletivo. Portanto, tudo o que vestimos ou que tocamos representa a materialização de relações passadas de produção, que por sua vez são relações entre pessoas, por isso, só podemos entender o ser humano em sociedade assim como compreender os fenômenos como parte destas relações sócias.

Estas relações sociais têm representações concretas e abstratas. Tudo que percebemos acontece tanto no plano físico como mental, também em uma realidade prática utilitarista e carrega uma essência, sendo esta a chave para o seu entendimento.

O nosso objeto de estudo é uma materialização histórica de relações sociais progressas, que por sua vez é também percebido em diferentes planos, em especial, pela sua aparência. Uma bola ao ser observada em um primeiro momento é entendida como um objeto esférico que serve para prática esportiva. A aparência é a primeira representação do fenômeno, cabe ao cientista fazer o esforço intelectual de desconstruir a relação desta forma fenomênica dentro da relação social que a define, materializada no objeto uma essência, um porquê de sua existência.

A dialética trata da “coisa em si”. Mas a “coisa em si” não se manifesta imediatamente ao homem. Para chegar à sua compreensão, é necessário fazer não só um certo esforço, mas também um *détour*. Por este motivo o pensamento dialético distingue entre representação e conceito. (KOSIK, 1976, p.9)

Somente com o *détour*, que é o ato de estudarmos a realidade e fazer a separação entre o que é verdade e que é aparência, é que podemos de fato adquirir conhecimento.

Este esforço é também uma interação com o próprio fenômeno, pois o cientista também é um elemento da realidade, ele representa também uma materialização do todo, e contém uma relação histórica específica e exatamente por isto que anteriormente defendemos que a própria escolha do método é um marco teórico. O objeto de estudo é, também, esse processo de escolha, como também faz parte dele o seu próprio processo de formação, ele não é apenas algo estante que é um elemento histórico, com um passado.

Para não se perder em face dos múltiplos aspectos fenomênicos da realidade que a autêntica práxis vai desenvolvendo, o conhecimento humano precisa discernir no real, a cada passo, a unidade dialética da essência e do fenômeno (KOSIK, 1989, p.14).

A práxis é a fusão da prática com a teoria, mas só no cotidiano podemos afirmar que realizamos este esforço metodológico de separar a aparência da essência, só durante a nossa pesquisa poderemos provar esse ato, a realidade é uma construção diária feita pela interação de múltiplos fatores.

O conceito mais importante do método materialista dialético é a totalidade, como define Magalhães abaixo.

Conceitualmente, o filósofo soviético Alexandre Cheptulin nos apresenta uma boa definição. Diz ele que “o todo representa o objeto (processo e fenômeno), incluindo em si, na qualidade de parte constitutiva, outros objetos organicamente ligados entre eles (fenômenos, processos, relações) e possuindo propriedades que não se reduzem às propriedades das partes que o constituem” (CHEPTULIN, 1982, págs. 270 e 271). Para além dessa definição, estática, podemos conceber a totalidade concreta como a própria realidade manifestada em suas leis, as quais lhe são íntimas, como também um elemento metodológico de crucial importância na distinção entre dialética e metafísica. A totalidade concreta, reforça-se, corresponde à realidade, em desenvolvimento e autocriação. Não se trata, em hipótese alguma, de um conjunto de partes do todo, senão das próprias partes em unidade dialética: a totalidade não é a somatória de suas partes, de suas manifestações fenomênicas, mas sim a unidade dialética destas. (Magalhães, Luís Felipe, 2009, p 12)

Este é um conceito que rompe com a lógica formal cartesiana, pois não trata cada elemento em separado, a soma dos elementos não é o todo. Para a totalidade o todo se manifesta e é, ao mesmo tempo, cada parte. Logo o próprio conceito de parte se torna obsoleto, elas são na verdade representação e agentes do processo de determinado fenômeno.

3.2 A totalidade e a dependência

Estes dois conceitos: totalidade e dependência, só podem ser entendidos de forma conjunta. Pois somente compreende essa relação entre países, se a ferramenta da totalidade for entendida. E justamente é essa a diferença entre a análise cepalina e a marxista da dependência é exatamente a totalidade, ou melhor, o não entendimento dela, mais a frente na pesquisa tratarão destas diferenças.

Os processos de dependência de um país é a manifestação da totalidade, como também a expressão de outra lei, a do desenvolvimento desigual e combinado.

Um país atrasado assimila as conquistas materiais e ideológicas dos países avançados. Mas isso não significa que ela siga servilmente esses países reproduzindo todas as etapas de seu passado. A teoria da repetição dos ciclos históricos – a de Vico e, mais tarde dos seus discípulos – apoia-se na observação dos ciclos descritos pelas antigas culturas pré-capitalistas, em parte sobre as primeiras experiências do desenvolvimento capitalista. O carácter provincial episódico de todo o processo comporta efectivamente certas repetições das fases culturais nesses focos sempre novos. O capitalismo, porém, marca um progresso sobre tais condições. Ele preparou e, num certo sentido, realizou a universalidade e a permanência do desenvolvimento da humanidade. Por aí está excluída a possibilidade da repetição das formas de desenvolvimento das diversas nações. Forçado a meter-se a reboque dos países avançados, um país atrasado não se conforma com a ordem de sucessão: o privilégio de uma situação historicamente atrasada – esse privilégio existe – autoriza um povo, ou mais exactamente, força-o a assimilar tudo antes dos prazos fixados, saltando uma serie de etapas intermediárias. Os selvagens renunciam ao arco e flechas, para tomar logo o fuzil, sem percorrer a distância que separava, no passado, essas diferentes armas. Os Europeus que colonizaram a América não

retomavam a história pelo início. Se a Alemanha ou os Estados- Unidos ultrapassaram a Inglaterra, foi justamente no seguimento de atrasos da sua evolução capitalista. Em contrapartida, a anarquia conservadora na indústria carvoeira britânica, como nos cérebros de MacDonal e dos seus amigos, é o resgato de um passado durante o qual a Inglaterra – demasiado tempo – possuiu a hegemonia sobre o capitalismo. O desenvolvimento de uma nação historicamente atrasada conduz necessariamente a uma combinação original de diversas fases do processo histórico. A curva descrita toma no seu conjunto um carácter irregular, complexo, combinado.

A possibilidade de saltar por cima dos graus intermediários, não é, compreende-se, completamente absoluta; ao fim das contas, ela está limitada pelas capacidades económicas e culturais do país. Um país atrasado, aliás, rebaixa frequentemente o que ele pede emprestado o pronto a usar no exterior para adaptar à sua cultura mais primitiva. O próprio processo de assimilação toma, nesse caso, um carácter contraditório. É assim que a introdução de elementos da técnica e do saber ocidentais, antes de mais a arte militar e a manufactura, sob Pedro I, agravou a lei da servidão, como forma essencial da organização do trabalho. O armamento à europeia e os empréstimos à Europa ao mesmo título – incontestavelmente resultados de uma cultura mais elevada – conduziram ao reforço do czarismo que, pelo seu lado, travou o desenvolvimento do país.

A lei racional da história não tem nada de comum com os esquemas pedantes. A desigualdade do ritmo, que é a lei mais geral do processo histórico, manifesta-se com maior vigor e complexidade nos destinos dos países atrasados. Sob a força das necessidades exteriores, a vida retardatária é obrigada a avançar por saltos. Desta lei universal de desigualdade dos ritmos decorre uma outra lei que, falta de denominação mais apropriada, pode-se chamar *lei do desenvolvimento combinado*, no sentido da reaproximação das diversas etapas, da combinação de fases distintas, da amalgama de formas arcaicas com as mais modernas.””(Trotsky, Leon. **História da Revolução Russa**. [online] Disponível na Internet URL: <http://marxists.org/portugues/trotsky/1930/historia/cap01.htm>. Arquivo capturado em 25 de novembro de 2010)

A lei acima é a constatação de que na história o todo evolui de modo combinado, que cada processo e o resultado deles afetam um ao outro de forma particular, portanto desigual. E a TMD é uma expressão desta lei. Pois ao contrário das teorias ortodoxas e a da CEPAL, ela percebe que o desenvolvimento nos países periféricos não pode ter como exemplo o desenvolvimento dos países centrais justamente por causa da existência deles, pois afetam e moldam os novos processos de desenvolvimento, em uma interação dialética.

4. TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA

Neste capítulo será feito o resgate da teoria marxista da dependência, através dela que responderemos a questão fundamental desta pesquisa: *O Brasil é ou não um país dependente?* Com isto, retomaremos o debate sobre as diferenças na dinâmica de desenvolvimento do capitalismo pelo mundo, com atenção especial à América Latina. Debate este que teve seu grande momento nas décadas de 1950 e 1960 entre seu marcos o informe de 1949 da Comissão Econômica para América Latina e Caribe, CEPAL.

No geral, as diversas teorias o desenvolvimento capitalista localizavam as desigualdades como fruto de um desequilíbrio passageiro, portanto, passível de ajuste. O melhor e mais importante exemplo é o da CEPAL, pela importância política da comissão e também de suas elaborações, que identificavam os desequilíbrios no desenvolvimento do capitalismo como fruto da deterioração dos termos de troca. Para a CEPAL o problema é que os países da América Latina exportavam produtos não industrializados (com valor menor) e importavam produtos industrializados (com valor maior), bastando desta forma uma política de substituição de importações para que a desigualdade no desenvolvimento entre os países estivesse resolvida.

Iniciaremos com a teoria da dependência da CEPAL, para compreender melhor nosso marco teórico, a teoria marxista da dependência. Logo após, será feito um resgate histórico do processo de expansão industrial europeu, para entendermos como ocorreu à anexação da América Latina (que não existia na época da forma que entendemos hoje) ao capitalismo.

4.1 CEPAL

Para entendermos a teoria marxista de dependência é preciso conhecer a teoria que ela se opõe. Por isso é importante compreender a teoria da CEPAL sobre a dependência. Ela foi fundada com o objetivo de ser a referência teórica da América Latina, desta forma dando o suporte ao desenvolvimento econômico da região.

A situação mundial no pós-segunda guerra era polarizada, com a divisão do mundo entre o EUA e URSS (capitalismo e socialismo), obrigando a burguesia a ter políticas mais

eficazes de convencimento às demais classes sociais da viabilidade do capitalismo. A criação da CEPAL faz parte desta necessidade.

Poderíamos, em síntese, descrever à teoria das vantagens comparativas como a defesa de que cada país deveria se especializar nos produtos que possuíssem ganhos de produtividades, ou seja, produtos tivessem uma “vantagem natural”, para que o país pudesse obter competitividade no comércio internacional, as teorias da comissão representaram um grande avanço por ter identificado uma relação entre a desigualdade na dinâmica do desenvolvimento capitalista entre as regiões, a relação centro e periferia.

Apesar destes avanços em relação à ortodoxia (teoria das vantagens comparativas), a teoria cepalina tratava o desenvolvimento como um processo de crescimento infinito. Ela aponta a manutenção das estruturas vigentes do atual sistema de produção, ela não pretende romper com o capitalismo.

As análises da CEPAL são baseadas em uma constatação da existência de dois estágios do desenvolvimento: centro (1) e periferia (2). O Centro (1) é caracterizado pelos países onde o processo de desenvolvimento é mais avançado, ou seja, que alcançou o estágio da industrialização. A periferia (2) é composta por países com uma economia subdesenvolvida, na fase anterior da industrialização, a pré-industrial. Os países centrais são considerados homogêneos, pois o desenvolvimento técnico tinha alcançado todos os três setores da economia: primário, secundário e terciário.

Outro elemento base desta análise é a caracterização que a economia da América Latina passava por um momento de transição: de uma economia primária, agroexportadora para uma economia de crescimento interno. Um gargalo impedia a transição, a deterioração dos termos de troca. Ele foi descoberto por Prebisch, ao fazer estudos para se contrapor a teoria das vantagens comparativas, demonstrou que desde 1870 os preços das mercadorias nos países com maior ganho de produtividade aumentavam, enquanto nos países com menor produtividade os preços diminuía. Este fato causava um déficit crescente nas trocas entre o centro e a periferia, acarretava que esta última necessitasse de um maior número de mercadorias para trocar por uma parcela menor de produtos, o que gerava uma transferência de renda ao centro, sendo para a teoria da CEPAL a principal causa do subdesenvolvimento da América Latina.

A solução para a comissão era a modernização das estruturas nos países periféricos, ou seja, um processo de industrialização, onde se alocaria a força de trabalho de forma mais eficaz, com melhores salários e produtividade possibilitando o desenvolvimento de um

mercado interno, “endogenizando” o crescimento. Cabia ao estado o papel de impulsionar este processo, que aconteceria graças ao financiamento da poupança interna.

O superávit nas exportações geraria uma reserva de dólares, com esta poupança o governo poderia aplicar medidas de incentivo a industrialização, com a sua ampliação contrataria um maior número de mão de obra, que por sua vez com salários maiores passariam a ter um melhor poder aquisitivo. Causando desta forma um incentivo ao mercado interno, criando um “ciclo virtuoso” que desencadearia o desenvolvimento da economia.

Portanto, o desenvolvimento seria feito por etapas, onde a diferença entre elas seria dada de forma quantitativa por índices, como PIB, IDH entre outros. Por isso é uma explicação tautológica do processo, onde o mesmo se auto explica, demonstrando assim uma ululante filiação das teorias cepalinas com as teorias desenvolvimentistas.

4.1.1 CEPAL Versus TMD

"A **démarche** teórica que ali realizei consistiu, essencialmente, em rejeitar a linha tradicional de análise do subdesenvolvimento, mediante a qual este se captava através de um conjunto de indicadores, os quais, a seu turno, serviam para defini-lo: o resultado não era simplesmente descritivo, mas tautológico. Assim, um país seria subdesenvolvido porque seus indicadores relativos à renda **per capita**, à escolaridade, à nutrição, etc., correspondiam a certo nível de uma escala dada e esses indicadores se situariam a esse nível porque o país era subdesenvolvido. Tentando ir além dessa colocação enganosa, a CEPAL avançara pouco, ficando, como elemento válido de sua elaboração, a crítica à teoria clássica do comércio internacional e a constatação das transferências de valor que a divisão internacional do trabalho propicia, em detrimento da economia latino-americana" (Marini, Ruy Mauro. **Memoria.** [online] Disponível na Internet URL: http://www.marini-escritos.unam.mx/001_memoria_port.htm. Arquivo capturado em 25 de novembro de 2010)

A principal diferença da teoria marxista com a versão cepalina da dependência, é que a primeira a luta de classes é uma categoria presente na análise, logo, o processo de desenvolvimento não é visto como uma estrada infinita “morro acima”, e sim, um processo onde centro e periferia se afastam cada vez mais, o sucesso de um é causado pelo fracasso do outro. As diferenças entre as etapas do desenvolvimento não são quantitativas e sim qualitativas. A identificação da relação centro-periferia como sendo uma relação de troca desigual necessária para o capitalismo foi o grande mérito da TMD como salienta Ouriques:

“Os marxistas identificaram o ponto decisivo do sistema centro-periferia: a transferência de valor. Ao longo da história do capitalismo se pode observar que a característica essencial do sistema é a reprodução da desigualdade que impede qualquer desejo de homogeneização no capitalismo. A ruralização da indústria no interior do país, o deslocamento de atividades produtivas sob controle das empresas multinacionais para a zona periférica são exemplos de mecanismos que foram essenciais para o processo ininterrupto de acumulação. São movimentos necessários para manter a troca desigual.”(Ouriques, Nildo. De renúncias e tradições. A propósito de Maria da Conceição Tavares. [online] Disponível na Internet. Grifo nosso)

4.2- Dependência: as necessidades da revolução industrial e suas imposições à América Latina.

A história é o relato da luta de classes, do desenvolvimento dos meios de produção, que acontece de forma simultânea, entre seus agentes históricos, que interagem de forma desigual e combinada. Portanto, para entendermos a dependência precisamos compreender o desenvolvimento e a interação de certos processos históricos como: A expansão comercial europeia e a revolução industrial e a própria dependência.

“Forjada al calor de la expansión comercial promovida, en el siglo XVI, por el capitalismo naciente, América Latina se desarrolla en estrecha consonancia con la dinámica del capital internacional. Colonia productora de metales preciosos y géneros exóticos, en un principio contribuyó al aumento del flujo de mercancías y a la expansión de los medios de pago, que, al tiempo que permitían el desarrollo del capital comercial y bancario en Europa, apuntalaron el sistema manufacturero europeo y allanaron el camino a la creación de la gran industria. La revolución industrial, que dará inicio a ésta, corresponde en América Latina a la independencia política que, conquistada en las primeras décadas del siglo XIX, hará surgir, con base en la nervadura demográfica y administrativa tejida durante la colonia, a un conjunto de países que entran a gravitar en torno a Inglaterra. Los flujos de mercancías y, posteriormente, de capitales, tienen en ésta su punto de entroncamiento: ignorándose los unos a los otros, los nuevos países se articularán directamente con la metrópoli inglesa y, en función de los requerimientos de ésta, entrarán a producir y a exportar bienes primarios, a cambio de manufacturas de consumo y —cuando la exportación supera sus importaciones— de deudas.” (Marini, Ruy Mauro. Dialéctica de la Dependencia. [online] Disponível na Internet via URL: http://www.marini-escritos.unam.mx/004_dialectica_es.htm. Arquivo capturado em 25 de novembro de 2010)

A citação demonstrar como foi inserido o continente latino americano na divisão internacional do trabalho. A expansão comercial europeia no século XV levou a “descoberta das Américas”, foi à acumulação primitiva de capital, extraída das novas colônias que possibilitou a riqueza necessária para o nascimento do capitalismo, que para continuar seu processo de acumulação encontrou na dependência uma grande ferramenta.

Em um primeiro momento, a quantidade de comida e matéria prima produzida localmente supriam as necessidades da produção, como também o mercado consumidor da região bastava para a venda dos produtos (realização da mais valia). No entanto, com o crescimento do ciclo do capital houve o surgimento de novos empecilhos: a escassez de oferta de alimentos e matérias primas baratas.

O principal entrave a expansão do capitalismo é a tendência decrescente da taxa de lucro. Uma noção sintética de como ela se dá, é preciso: O capitalismo funciona através de ciclos. Um ciclo compreende o processo de produção até a venda do produto, ou seja, abrange desde a obtenção da mais valia até a sua realização. Estes ciclos acontecem de forma contínua, simultaneamente e crescente (exceto nas crises) gerando riqueza, e também ampliando a necessidade de investimentos. Este movimento, de um ciclo a outro, cria uma tendência, a diminuição da taxa de lucro, por causa do aumento nos gastos com a produção, ampliação do capital fixo causado pelo investimento em atualização ou ampliações dos parques industriais. Ocorre também o aumento do volume da produção, e conseqüentemente a diminuição no valor unitário das mercadorias, maior produção no mesmo tempo, menos valor, embora o valor global produzido seja maior. Para se contrapor a essa tendência, o capital usa todas as formas possíveis. Uma destas formas é a ampliação da jornada de trabalho sem alteração do salário dos trabalhadores, isto faz com que se amplie o valor do trabalho não pago, este método recebe o nome de mais valia absoluta.

Existem outras formas, a mais valia relativa é uma delas. Ela se baseia na ampliação da produtividade do trabalho, pelo incremento de novas técnicas e equipamentos a produção. Um maior volume de produtos produzidos em um mesmo tempo reduz o valor unitário das mercadorias. Que conseqüentemente causa uma diminuição do custo necessário para a manutenção da vida do trabalhador, fato que possibilita uma diminuição dos salários e logo o aumento do valor do trabalho não pago. A economia dos países centrais, em especial, na revolução industrial, usaram as duas formas descritas para ampliar a taxa de lucro, no entanto, a segunda forma é a essencial em seu funcionamento. Pois a ampliação do capitalismo se deu através do aumento e modernização do parque fabril. Para tanto, houve a necessidade da especialização da mão de obra europeia na produção industrial, isto só foi possível por uma oferta de matéria prima em especial de alimentos baratos, que os permitia se concentrar na produção industrial, ao mesmo tempo de ter uma redução no custo de vida destes trabalhadores, devido esta oferta de produtos pelos países dependentes, seu grande motivo para a inclusão da América Latina as relações capitalistas.

“La creación de la gran industria moderna se habría visto *fuertemente obstaculizada si no hubiera contado con los países dependientes, y debido realizarse sobre una base estrictamente nacional* En efecto, el desarrollo industrial supone una gran disponibilidad de bienes agrícolas, que permita la especialización de parte de la sociedad en la actividad específicamente industrial(...)Pero no se redujo a esto la función cumplida por América Latina en el desarrollo del capitalismo: a su capacidad para crear una oferta mundial de alimentos, que aparece como condición necesaria de su inserción en la economía internacional capitalista, se agregará pronto la de contribuir a la formación de un mercado de materias primas industriales, cuya importancia crece en función del mismo desarrollo industrial”(Marini, Ruy Mauro. **Dialéctica de la Dependencia.** [online] Disponível na Internet URL: http://www.marini-escritos.unam.mx/004_dialectica_es.htm. Arquivo capturado em 25 de novembro de 2010, grifo meu)

Nesse marco de estreita ligação entre os interesses dos países centrais, se estabelece uma relação de dependência que nada mais é do que uma relação política de subordinação, dos países da periferia a essas necessidades:

“la dependencia, entendida como una relación de subordinación entre naciones formalmente independientes, en cuyo marco las relaciones de producción de las naciones subordinadas son modificadas o recreadas para asegurar la reproducción ampliada de la dependencia”(Marini, Ruy Mauro. **Dialéctica de la Dependencia.** [online] Disponível na Internet via WWW. URL: http://www.marini-escritos.unam.mx/004_dialectica_es.htm. Arquivo capturado em 25 de novembro de 2010)

Esta é a norma sob a qual se estrutura o capitalismo na América Latina, ela modifica e determina às relações econômicas internas existentes de cada país, os tornando dependentes, isto faz com que as economias não tenham dinâmica própria, e sim, respondam as necessidades do centro do sistema capitalista, para que o mesmo possa aumentar sua taxa de acumulação de capital, como estudado anteriormente.

El fruto de la dependencia no puede ser por ende sino más dependencia, y su liquidación supone necesariamente la supresión de las relaciones de producción que ella involucra. En este sentido, la conocida fórmula de Andre Gunder Frank sobre el “desarrollo del subdesarrollo” es impecable, como impecables son las conclusiones políticas a que ella conduce.”(Marini, Ruy Mauro. **Dialéctica de la Dependencia.** [online] Disponível na Internet via WWW. URL: http://www.marini-escritos.unam.mx/004_dialectica_es.htm. Arquivo capturado em 25 de novembro de 2010)

Compreender esta relação como sendo apenas efeito de acordos diplomáticos e políticas externas é usar uma práxis – utilitarista que converte o fenótipo em essência, onde a aparência seria a relação entre países iguais, independentes. Que esconde a briga da burguesia por uma maior realização de mais valia, camuflado desta forma pela ligação estreita entre a burguesia e o estado, assim como expressa Marx e Engels:

“ela conquistou por fim, desde o estabelecimento da grande indústria e do mercado mundial, a dominação política exclusiva no moderno Estado representativo. O moderno poder de Estado é apenas uma comissão que administra os negócios comunitários de toda a classe burguesa.” (Marx, Karl & Engels, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista.** [online] Disponível na Internet via URL:<http://www.marxists.org/portugues/marx/1848/ManifestoDoPartidoComunista/cap1.htm> Arquivo capturado em 25 de novembro de 2010)

Para irmos além da aparência, é preciso realizar o esforço de compreender o fenômeno, que sob o aspecto econômico não se dá entre iguais, e sim, em uma interação entre desiguais que cria e acentua estas desigualdades entre as regiões, como necessidade para a sua manutenção.

A interligação entre a relação de dependência da América Latina ao centro do capitalismo acontece através de um já exposto ciclo de produção. Podemos resumir esta ligação de tal forma: O capitalismo nascente na Inglaterra, inicialmente tinha no país seus produtores de matéria prima e alimentos como também o seu mercado consumidor. O acúmulo de mais valia, gera uma ampliação da produção e ao passar do tempo ela não é mais absorvida somente pelo mercado local, esse processo se repete de forma contínua. Junto a essa dinâmica, existe a competição entre capitalistas que são forçados a investir na produção aumentando a quantidade de capital fixo, os obrigando a diminuir os gastos em capital variável (salários, matéria prima) para manter a taxa de lucro.

Neste ponto entra a América Latina. Pois com a necessidade de diminuição dos custos através do fornecimento de matérias primas e alimentos mais baratos dos que os produzidos na Inglaterra e Europa, imposta pela expansão da indústria naquele continente. Logo a escala ampliada de produção torna a América Latina seu novo mercado consumidor. Esta simplificação serve para termos uma ideia do funcionamento do ciclo do capital assim compreendendo de forma mais concreta como se estrutura a dependência.

4.3- Intercâmbio desigual: materialização da dependência nas relações do comércio internacional.

Nesta parte de nossa pesquisa analisaremos o intercâmbio desigual, que consiste em um fluxo de mais valia da América Latina para o centro do capitalismo. Ele é obra e causa da

desigualdade nas relações econômicas entre os países latino-americanos e as economias capitalistas centrais.

Os mecanismos de extração de riqueza não são uma “invenção” do capitalismo, já existiam historicamente nas relações entre países, um exemplo é o pacto colonial, porém, no caso em questão, ele se apresenta na forma de uma relação entre economias formalmente independentes, constituindo dois polos: o centro (a) que é quem recebe o fluxo de mais valia e a periferia (b) que é da onde é extraída essa mais valia.

A forma inicial que este intercâmbio desigual se materializa é nas trocas de mercadorias entre os países. Por princípio as trocas acontecem entre produtos com o mesmo valor, impossibilitando assim desigualdades nas trocas, porém existem mecanismos de iludir este princípio. Iremos tratar de dois destes: (a) causada pelo aumento da produtividade e (b) causada pela produção por parte de um país de uma mercadoria exclusiva.

A forma de ludibriar no intercâmbio entre mercadorias pelo aumento da produtividade (a) acontece quando um país produz em menor tempo em relação à média, um determinado bem, fato este, que faz com que os valores dos produtos sejam menores aos demais. Estes países podem trocar sua produção pelo valor médio e não pelo real, obtendo desta forma uma maior taxa de lucro, burlando assim a igualdade entre as trocas de mercadorias, pois troca uma mercadoria mais barata por outra de maior valor. A outra possibilidade é realizar o intercâmbio por valor menor do que os de mercado, trazendo assim vantagens pelo aumento das vendas.

A burla pode ainda ser causada pela produção de uma mercadoria exclusiva (b), ela ocorre quando um determinado país produz bens que outros não conseguem. Esta situação peculiar permite que o país ofereça o produto acima de seu real valor, possibilitando ganho extraordinário. Este é o caso quando tratamos de mercadorias de categorias diferentes. Os produtos industrializados exigem uma maior qualificação para sua produção se comparados aos produtos primários, isto possibilita que possam ser vendidos acima de seu valor na troca.

A América Latina se encontra em uma situação perversa, pois o intercâmbio desigual exige o aumento da produção para compensar a desigualdade entre os valores das mercadorias, pois precisa de uma produção de um maior volume de produtos para efetuar a troca, este fato acaba gerando um ciclo vicioso que só aumenta a desigualdade. Pois quanto maior quantidade de produtos produzidos menor será seu valor, agravando assim a situação. A

citação abaixo de Marini é perfeita para descreve está situação de dependência que sobre a América Latina:

“No es porque se cometieron abusos en contra de las naciones no industriales que éstas se han vuelto económicamente débiles, es porque eran débiles que se abusó de ellas. No es tampoco porque produjeron más de lo debido que su posición comercial se deterioró, sino que fue el deterioro comercial lo que las forzó a producir en mayor escala. Negarse a ver las cosas de esta manera es mixtificar la economía capitalista internacional, es hacer creer que esa economía podría ser diferente de lo que realmente es. En última instancia, ello conduce a reivindicar relaciones comerciales equitativas entre las naciones, cuando de lo que se trata es de suprimir las relaciones económicas internacionales que se basan en el valor de cambio.” (Marini, Ruy Mauro. *Dialéctica de la Dependencia*. [online] Disponível na Internet via.URL:http://www.marini-escritos.unam.mx/004_dialectica_es.htm.Arquivo capturado em 25 de novembro de 2010.)

4.4- Super-exploração: um resultado ou uma determinante da dependência?

Antes apresentamos como a América Latina foi inserida no ciclo de acumulação capitalista, agora analisaremos como se dá a dinâmica interna de uma economia submetida a esta situação de dependência.

Uma economia organizada socialmente para fornecer produtos primários para o centro nasce com um déficit estrutural, com origem no intercâmbio desigual, assunto que acabamos de tratar. Nasce com uma barreira para a acumulação capitalista interna, por isso, o desenvolvimento capitalista dependente se vê fortemente obstaculizado, ao possuir tamanho empecilho para a sua acumulação primitiva. Importante aqui é salientar que as classes dominantes internas a essa economia aceitam esse julgo, aceitam o papel subalterno à burguesia dos países centrais.

Portanto, temos uma economia voltada para a exportação e não para o mercado interno, fato que obriga que a realização da mais valia gerada internamente seja externa à sua economia.

Com estes entraves, o desenvolvimento das economias dependentes exige um mecanismo para combater esta perda nas trocas com o exterior.

“Las clases dominantes locales tratan de resarcirse de esta pérdida aumentando el valor absoluto de la plusvalía creada por los trabajadores agrícolas o mineros, es decir, sometiéndolos a un proceso de superexplotación. La superexplotación del trabajo constituye así el principio fundamental de la economía subdesarrollada, con todo lo que implica en materia de bajos salarios, falta de oportunidades de empleo,

analfabetismo, subnutrición y represión policia”. (Marini, Ruy Mauro. **Subdesarrollo y Revolución.** [online] Disponível na Internet via URL: www.marini-escritos.unam.mx/074_subdesarrollo_revolucion_1_es.htm. Arquivo capturado em 25 de novembro de 2010)

Como a intenção não era romper com essa relação centro-periferia, a burguesia latino-americana encontrou na super-exploração o mecanismo de contra ponto ao fluxo de valor da periferia ao centro, pois se “encaixava” perfeitamente com o momento histórico vivido pelas economias dependentes, com ele poderiam ter seus lucros.

Para compreendermos o que é a super-exploração retornaremos ao funcionamento da economia nos países centrais. O método sob a qual esta calcada a dinâmica do funcionamento dessas economias é o da mais valia relativa que consiste em aumentar a produção por hora do trabalhador, abaixando o valor dos produtos, podendo desta forma competir com os demais burgueses com valores menores da mercadoria e com o a diminuição do valor dos produtos ele diminui também o valor necessário para a manutenção do trabalhador, portanto, pode diminuir o salário. Outro ponto importante é que esta diminuição no custo de vida só é possível devido aos trabalhadores nestas economias ser parte da demanda da própria produção, algo que não acontece nas economias periféricas.

A super-exploração é uma forma de aumentar a taxa de lucro baseada na intensificação do trabalho, mas não pelo aumento da produtividade do trabalho e sim pelo aumento do esforço do trabalhador.

“Importa señalar además que, en los tres mecanismos considerados, la característica esencial está dada por el hecho de que se le niega al trabajador las condiciones necesarias para reponer el desgaste de su fuerza de trabajo: en los dos primeros casos, porque se le obliga a un dispendio de fuerza de trabajo superior al que debería proporcionar normalmente, provocándose así su agotamiento prematuro, en el último, porque se le retira incluso la posibilidad de consumir lo estrictamente indispensable para conservar su fuerza de trabajo en estado normal. En términos capitalistas, estos mecanismos (que además se pueden dar, y normalmente se dan, en forma combinada) significan que el trabajo se remunera por debajo de su valor, y corresponden, pues, a una superexplotación del trabajo”. (Marini, Ruy Mauro. **Dialéctica de la Dependencia.** [online] Disponível na Internet via WWW. URL: http://www.marini-escritos.unam.mx/004_dialectica_es.htm. Arquivo capturado em 25 de novembro de 2010)

No texto “Em torno a Dialética da Dependência”, Marini faz a diferenciação da mais valia absoluta com a super-exploração, e para tanto explica de forma detalhada de como ela se dá:

“Señalemos, inicialmente, que el concepto de superexplotación no es idéntico al de plusvalía absoluta, ya que incluye también una modalidad de producción de plusvalía relativa —la que corresponde al aumento de la intensidad del trabajo. Por otra parte, la conversión de parte del fondo de salario en fondo de acumulación de capital no representa rigurosamente una forma de producción de plusvalía absoluta, puesto que afecta simultáneamente los dos tiempos de trabajo al interior de la jornada laboral, y no sólo al tiempo de trabajo excedente, como pasa con la plusvalía absoluta. Por todo ello, la superexplotación se define más bien por la mayor explotación de la fuerza física del trabajador, en contraposición a la explotación resultante del aumento de su productividad, y tiende normalmente a expresarse en el hecho de que la fuerza de trabajo se remunere por debajo de su valor real”. (Marini, Ruy Mauro. **En torno a Dialéctica de la Dependencia**. [online] Disponível na Internet via URL: http://www.marini-escritos.unam.mx/005_dialectica_es.htm. Arquivo capturado em 25 de novembro de 2010)

Um fato que traz confusão é que super-exploração é usada normalmente de forma errônea como uma expressão jornalística. Ela não é uma exploração maior que outra como o sufixo “super” sugere, e sim outra forma de exploração de aumentar os lucros da burguesia e nesse sentido subjuga e combina formas para ampliar a acumulação de mais valia.

“la producción capitalista, al desarrollar la fuerza productiva del trabajo no suprime sino acentúa, la mayor explotación del trabajador, y segundo, que las combinaciones de formas de explotación capitalista se llevan a cabo de manera desigual en el conjunto del sistema, engendrando formaciones sociales distintas según el predominio de una forma determinada”. (Marini, Ruy Mauro. **En torno a Dialéctica de la Dependencia**. [online] Disponível na Internet via URL: http://www.marini-escritos.unam.mx/005_dialectica_es.htm. Arquivo capturado em 25 de novembro de 2010)

Formas tipicamente escravistas e feudais, fruto das relações históricas particulares de cada país, foram usadas para a acumulação capitalista na América Latina, em última instância, é a luta de classes que define quais formas e intensidade que serão usadas, por isso o fato da menor maturidade dos trabalhadores na América Latina facilitou o uso de formas mais brutais de ampliação da mais valia.

O conceito de super-exploração é um resultado histórico do desenvolvimento desigual do capitalismo. O surgimento de burguesias retardatárias, ou seja, após a revolução industrial trouxe consigo dificuldades e novos empecilhos. Enquanto a burguesia originária nasceu no centro do capitalismo através de um processo que incluiu a acumulação primitiva, e que contavam com a vantagem de serem as primeiras a ocupar espaço na economia mundial, a burguesia dependente encontrou na super-exploração o mecanismo capaz de dar o suporte para o seu desenvolvimento. Portanto, ela é a forma de “acumulação primitiva” nas economias periféricas.

4.5 Industrialização da América Latina

Não faremos um relato de fatos históricos sobre a industrialização da América Latina, e sim, uma análise de como o processo se deu, para desta forma compreender o que é a relação dependência. Pois assim teremos como identificar no próximo capítulo o intercâmbio desigual nos dias de hoje.

Portanto, faremos uma síntese de uma das formas de como se apresenta as diferenças causadas pela dependência nos processos de industrialização de um país central e outro periférico, no caso em questão o desenvolvimento do mercado interno. A atual periferia econômica foi anexada ao capitalismo para exercer a função de produtora de bens primários as economias centrais, isto as levou a depender da realização no exterior da mais valia produzida internamente, por serem economias voltadas para a exportação. Relação esta que não ocorre nas economias centrais, porque nestas economias é no consumo do mercado interno que se realiza a mais valia produzida.

A causa desta diferença é diretamente ligada à forma fundante das relações econômicas na periferia se basearem na super-exploração, enquanto no centro elas se dão por base na mais valia relativa, assunto estudo anteriormente. As economias atrasadas encontram nas economias avançadas um rumo, mais não a seguem pelo mesmo caminho, o “privilégio” do atraso é dar saltos, que no caso foi possível pela super-exploração, no entanto, ela também é a causa da diferença entre os processos industrialização, como também motivo de sua limitação na América Latina.

Como tratado antes em nosso estudo, na economia periférica o mecanismo sob o qual se fundou as relações da economia foi a super-exploração, ela também é uma forma de aumentar a taxa de lucro. Ela causa uma divisão interna da economia, de um lado temos a classe dominante ou esfera alta, capaz de adquirir bens de consumo, que são importados dos países centrais, e em outro a classe dominada ou esfera baixa formada pelos trabalhadores que são desprovidos de capacidade financeira para demandarem bens de consumo. Sendo estes os motivos que explicam a diferença entre os mercados interno das economias periféricas e centrais.

Somente uma interferência externa capaz de gerar uma ruptura nas relações existentes, foi possível gerar a industrialização nesse tipo de economia. O impedimento dos países

centrais de suprir a demanda por bens de consumo gerada pela esfera alta, causada pela 2ª guerra mundial, foi o motor desta industrialização.

A outra peculiaridade deste processo além da manutenção da super-exploração, agora aplicada ao trabalho industrial, foi à existência de uma demanda prévia, por isso não foi preciso que se massificasse, pois a esfera alta não era atendida. Mantendo em um primeiro momento a divisão da sociedade entre “consumidores e não consumidores” de bens de consumo.

Como se deu a formação deste parque industrial? Ela seguiu a lógica do desenvolvimento dependente da tecnologia. Onde a periferia incapaz de produzir tecnologia e bens de capital de forma independente, importa as máquinas os processos de produção, bem como, os próprios produtos. No entanto, não foram os processos de ponta e sim os padronizados que formaram as indústrias.

O desenvolvimento da tecnologia segue uma lógica própria: Em um primeiro momento o produto se apresenta como bem de consumo de luxo, para em um segundo momento se popularizar, um bom exemplo é o celular, que em seu início era usado por uma pequena elite e hoje é usado praticamente por todos. Outro passo desse ciclo é que a própria tecnologia da mercadoria e os processos envolvidos na sua produção, que também são mercadorias, sofre a mesma popularização, ou seja, ao passar do tempo vão se padronizando. Retomando o exemplo do celular. Antes existiam poucas marcas, hoje encontramos muitas marcas “genéricas” com tecnologias semelhantes.

Outro momento de desenvolvimento industrial foi durante a crise do petróleo, pois gerou uma grande massa de capital financeiro internacional se deslocando pelo mundo em busca das grandes taxas de lucros, que na América Latina eram garantidas pela super-exploração e os juros da dívida externa.

A relativa dinâmica própria deste complexo deu origem a um processo de ampliação da produção, logo, houve a necessidade de ampliação do mercado consumidor, somado a isso o fato da demanda pré-existente, demanda reprimida pela guerra da esfera alta, agora já podia contar com os seus antigos fornecedores. Essa indústria ao mesmo tempo em que precisava de mais demanda, não tem como competir com as indústrias dos países centrais, pois seu processo de produção baseado na super-exploração gera um trabalho de baixa qualidade técnica se comparados aos realizados nas outras economias que são baseadas na mais valia relativa, por isso, sua pauta de exportação é formada por produtos de baixo valor agregado.

Iniciam-se neste momento três movimentos que perduram até hoje: O primeiro é ampliação do mercado interno, no entanto, a super-exploração não permite que este seja massificado, e sim apenas ampliado para a classe média.

O segundo movimento é a procura de mercado alternativo, devido à dificuldade de concorrer com os produtos dos países centrais, para a produção agora em escala maior, precisam de mais consumidores, a saída são os mercados próximos, os demais países da América Latina.

O terceiro movimento é a manutenção do “acordo de dependência” entre as classes dominantes latino-americanas e a dos países centrais, sendo que esta última com uma presença maior de investimentos através do capital financeiro e suas multinacionais. A primeira continua a manter seu papel de fornecedor de matéria primas e alimentos para os países centrais, e se limitando a vender sua produção industrial para mercados secundários.

Outro resultado desta manutenção do “pacto” é que o desenvolvimento tecnológico, em especial, do parque industrial periférico tem origem na compra das tecnologias do centro capitalista. O que era antes só uma relação de exportação de bens de consumo agora é uma relação de bens de capital.

Na próxima parte do texto estudaremos melhor os capitais financeiros e sua relação hoje com a dependência.

4.6 Imperialismo e dependência

Segundo Lênin o imperialismo é a última fase do desenvolvimento capitalista. Último no sentido de superioridade, e também no sentido temporal. Esta nova fase começa no início do século passado, modificando as relações capitalistas e, portanto, as relações entre os países, logo não podemos estudar a dependência sem relacioná-la com o imperialismo.

Ela, a dependência, é uma relação econômica entre países, que se modifica na atual fase imperialista, pois o papel da exportação direta dos capitais é determinante no capitalismo, que por sua vez afeta as relações entre países. O capitalismo do pós-guerra foi reconstruído a feição de sua potência hegemônica, os EUA, que tentava reestabelecer a normalidade do mercado mundial para pôr em circulação o excedente comercial que sua economia estava capacitada a criar. Como também expandir a sua capacidade de acumulação de capital.

Para moldar as relações comerciais entre os países, foram criadas novas instituições a partir da conferência de Bretton Woods em 1944. São elas o Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, Banco Mundial de Reconstrução e Fomento e o Acordo Geral de Tarifas e Comércio. Com o objetivo de realizar o livre comércio que favorecia os EUA, esses acordos que eram estabelecidos em conformidade com os estados nacionais, com acordos bilaterais e tratados de áreas livres procuravam “abrir o caminho” para a entrada da principal mercadoria da atual fase do capitalismo, o capital.

Portanto, a simples visão de centro e periferia começa-se a findar. Essas relações de inversões de capital seguem a lógica da procura do maior lucro, independente de onde as oportunidades estejam pelo mundo, graças a essa nova capacidade de circulação adquirida. A expansão do capital financeiro pelo globo forçosamente obrigou as empresas a mudarem suas características, refletindo a crescente monopolização do capital, que iniciou um processo de desnacionalização dos parques fabris pelo mundo, que antes haviam crescido devido às guerras mundiais.

Este processo de alteração na característica das indústrias combinado com a expansão do capital financeiro, mudou a característica básica das relações entre os países. A balança comercial passou a ter um caráter secundário onde a posse das empresas intervém no destino da circulação do capital, definindo a apropriação da mais valia pelo mundo junto a outros mecanismos de “raptos” desta mais valia como: Dívida externa. Em última análise o papel de cada país na divisão internacional do trabalho é definido por sua função no fluxo do capital.

Para melhor compreender esta relação entre imperialismo e dependência, necessitamos ainda o conceito de imperialismo que utilizamos nesta pesquisa.

4.6.1 O que é imperialismo

O termo imperialismo é usado normalmente fazendo alusão ao império, se referindo à ação de um país sobre outro, de uma política deste sobre outro. Esta compreensão tem sua validade por remeter às pilhagens e à violência da dominação dos impérios, no entanto, passa uma visão errada sobre o conceito, devido ao imperialismo ser uma fase, onde o capitalismo possui uma nova dinâmica de funcionamento do capital, definido por Lênin como:

“Como vimos, o imperialismo é, pela sua essência econômica, o capitalismo monopolista. Isto determina já o lugar histórico do imperialismo, pois o monopólio, que nasce única e precisamente da livre concorrência, é a transição do capitalismo para uma estrutura econômica e social mais elevada. Há que assinalar particularmente quatro variedades essenciais do monopólio, ou manifestações principais do capitalismo monopolista, características do período que nos ocupa.

Primeiro: o monopólio é um produto da concentração da produção num grau muito elevado do seu desenvolvimento. Formam-no as associações monopolistas dos capitalistas, os cartéis, os sindicatos e os trusts. Vimos o seu enorme papel na vida econômica contemporânea. Nos princípios do século XX atingiram completo predomínio nos países avançados, e se os primeiros passos no sentido da cartelização foram dados anteriormente pelos países de tarifas alfandegárias protecionistas elevadas (a Alemanha, os Estados Unidos), a Inglaterra, com o seu sistema de livre-câmbio, mostrou, embora um pouco mais tarde, esse mesmo fato fundamental: o nascimento de monopólio como consequência da concentração da produção.

Segundo: os monopólios vieram agudizar a luta pela conquista das mais importantes fontes de matérias-primas, particularmente para a indústria fundamental e mais cartelizada da sociedade capitalista: a hulheira e a siderúrgica. A posse monopolista das fontes mais importantes de matérias-primas aumentou enormemente o poderio do grande capital e agudizou as contradições entre a indústria cartelizada e a não cartelizada.

Terceiro: o monopólio surgiu dos bancos, os quais, de modestas empresas intermediárias que eram antes, se transformaram em monopolistas do capital financeiro. Três ou cinco grandes bancos de cada uma das nações capitalistas mais avançadas realizaram a "união pessoal" do capital industrial e bancário, e concentraram nas suas mãos somas de milhares e milhares de milhões, que constituem a maior parte dos capitais e dos rendimentos em dinheiro de todo o país. A oligarquia financeira, que tece uma densa rede de relações de dependência entre todas as instituições econômicas e políticas da sociedade burguesa contemporânea sem exceção: tal é a manifestação mais evidente deste monopólio.

Quarto: o monopólio nasceu da política colonial. Aos numerosos "velhos" motivos da política colonial, o capital financeiro acrescentou a luta pelas fontes de matérias-primas, pela exportação de capitais, pelas "esferas de influência", isto é, as esferas de transações lucrativas, de concessões, de lucros monopolistas, etc., e, finalmente, pelo território econômico em geral. Quando as colônias das potências europeias em África, por exemplo, representavam a décima parte desse continente, como acontecia ainda em 1876, a política colonial podia desenvolver-se de uma forma não monopolista, pela "livre conquista", poder-se-ia dizer, de territórios. Mas quando 9/10 da África estavam já ocupados (por volta de 1900), quando todo o mundo estava já repartido, começou inevitavelmente a era da posse monopolista das colônias e, por conseguinte, de luta particularmente aguda pela divisão e pela nova partilha do mundo..”(Lenin,Vladimir I. Imperialismo: Fase Superior do Capitalismo. [online] Disponível na Internet URL: <http://www.marxists.org/portugues/lenin/1916/imperialismo/cap3.htm> Arquivo capturado em 21 de março de 2011)

Em sua obra Lênin trás mais elementos a sua descrição do conceito de imperialismo:

“Precisamos agora de tentar fazer um balanço, resumir o que dissemos acima sobre o imperialismo. O imperialismo surgiu como desenvolvimento e continuação direta das características fundamentais do capitalismo em geral. Mas o capitalismo só se transformou em imperialismo capitalista quando chegou a um determinado grau, muito elevado, do seu desenvolvimento, quando algumas das características fundamentais do capitalismo começaram a transformar-se na sua antítese, quando ganharam corpo e se manifestaram em toda a linha os traços da época de transição do capitalismo para uma estrutura econômica e social mais elevada. *O que há de fundamental neste processo- do ponto de vista econômico, é a substituição da livre*

concorrência capitalista pelos monopólios capitalistas. A livre concorrência é a característica fundamental do capitalismo e da produção mercantil em geral; o monopólio é precisamente o contrário da livre concorrência, mas esta começou a transformar-se diante dos nossos olhos em monopólio, criando a grande produção, eliminando a pequena, substituindo a grande produção por outra ainda maior, e concentrando a produção e o capital a tal ponto que do seu seio surgiu e surge o monopólio: os cartéis, os sindicatos, os trusts e, fundindo-se com eles, o capital de uma escassa dezena de bancos que manipulam milhares de milhões. Ao mesmo tempo, os monopólios, que derivam da livre concorrência, não a eliminam, mas existem acima e ao lado dela, engendrando assim contradições, fricções e conflitos particularmente agudos e intensos. O monopólio é a transição do capitalismo para um regime superior.

Se fosse necessário dar uma definição o mais breve possível do imperialismo, dever-se-ia dizer que o imperialismo é a fase monopolista do capitalismo. Essa definição compreenderia o principal, pois, por um lado, o capital financeiro é o capital bancário de alguns grandes bancos monopolistas fundido com o capital das associações monopolistas de industriais, e, por outro lado, a partilha do mundo é a transição da política colonial que se estende sem obstáculos às regiões ainda não apropriadas por nenhuma potência capitalista para a política colonial de posse monopolista dos territórios do globo já inteiramente repartido.

Mas as definições excessivamente breves, se bem que cômodas, pois contêm o principal, são insuficientes, já que é necessário extrair delas especialmente traços muito importantes do que é preciso definir. Por isso, sem esquecer o caráter condicional e relativo de todas as definições em geral, que nunca podem abranger, em todos os seus aspectos, as múltiplas relações de um fenômeno no seu completo desenvolvimento, convém dar uma definição do imperialismo que inclua os cinco traços fundamentais seguintes: 1) a concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2) a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse "capital financeiro" da oligarquia financeira; 3) a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4) a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si, e 5) o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes. O imperialismo é o capitalismo na fase de desenvolvimento em que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro, adquiriu marcada importância a exportação de capitais, começou a partilha do mundo pelos trusts internacionais e terminou a partilha de toda a terra entre os países capitalistas mais importantes."(Lenin, Vladimir I. Imperialismo: Fase Superior do Capitalismo. [online] Disponível na Internet URL: <http://www.marxists.org/portugues/lenin/1916/imperialismo/cap3.htm> Arquivo capturado em 21 de março de 2011, grifos nossos)

Podemos até aqui sintetizar o conceito de imperialismo como um processo histórico no qual o capitalismo sofreu um salto qualitativo, deixou a sua fase concorrencial, onde os grandes monopólios deixaram de ser os "inimigos" do capitalismo e sua livre concorrência, para ser a essência do capital. Esta transformação trouxe consigo a fusão entre os capitais bancário e industrial, criando assim o capital financeiro, definido por Hilferding como:

"Chamo capital financeiro ao capital bancário, isto é, ao capital em forma monetária que se transformou em capital industrial (...). Uma parte cada vez maior do capital industrial não pertence aos industriais que o utilizam. Podem dispor do capital unicamente por intermédio do banco, que representa, para eles, os proprietários

desse capital. Por outro lado, o banco também se vê obrigado a destinar à indústria uma parte cada vez maior de seu capital. Graças a isto, converte-se, em proporções crescentes, em capitalista industrial. Este capital bancário, capital sob a forma de dinheiro, que por este processo transforma-se de fato em capital industrial, é o que chamo “capital financeiro”. (Hilferding apud ITURBE, Alejandro. *O Sistema Financeiro e suas Crises. Marxismo Vivo*. 30. ed. São Paulo: 2009, p. 40)

A unificação do capital bancário com o industrial, trás novas características ao sistema capitalista “O que caracteriza o capitalismo moderno, no qual impera o monopólio, é a exportação de capital.” (Lênin, Vladimir, 1984). Ele circula pelo mundo procurando as melhores taxas lucro, em um momento ele é capital bancário em outro momento ele é capital industrial.

Estas relações também se materializaram na produção. A necessidade de ampliação e em especial de se contrapor a queda tendencial da taxa de lucro fez com que o parque industrial rompesse fronteiras. Hoje não se tem certeza de onde foi produzido nossas roupas, computadores ou qualquer outro objeto, pois uma parte é feita na Índia, China e montada em uma fabrica no Brasil, a lógica de pensar a produção se dá mundialmente, se uma determinada região tem salários mais baixos e matérias primas suficientes e a preços baixos parte da fabrica vai para este local, caso um país de isenção de impostos se muda outra parte da produção para lá. Não temos mais uma divisão “clássica” entre países com e sem indústrias, assim como quase não temos mais empresas nacionais. Possibilitando desta forma que as fronteiras nacionais fossem superadas, modificando a divisão internacional do trabalho.

“A expansão e aceleração tanto da circulação de capital produtivo como da circulação do capital financeiro tem configurado uma nova economia mundial capitalista, que repousa sobre um esquema distinto de divisão internacional do trabalho.[...] O resultado foi um reescalamento, uma hierarquização dos países de forma piramidal e, por conseguinte, o surgimento de centros medianos de acumulação, que são também potências capitalistas médias” (MARINI, 1977, p. 08)

No imperialismo as forças produtivas passaram por uma nova reordenação do ciclo de produção. O capital fragmentou toda a indústria pelo mundo, como já mencionamos acima. Os países periféricos receberam parcela desta indústria, como destaca na citação abaixo Marini.

La industrialización latinoamericana corresponde así a una nueva división internacional del trabajo, en cuyo marco se transfieren a los países dependientes etapas inferiores de la producción industrial (obsérvese que la siderurgia, que correspondía a un signo distintivo de la economía industrial clásica, se ha

generalizado al punto de que países como Brasil ya exportan acero), reservándose a los centros imperialistas las etapas más avanzadas (como la producción de computadoras y la industria electrónica pesada en general, la explotación de nuevas fuentes de energía, como la de origen nuclear, etc.) y el monopolio de la tecnología correspondiente. Yendo aún más lejos, se puede distinguir en la economía internacional escalones, en los cuales se van reubicando no sólo los nuevos países industriales, sino también los más antiguos. Es así como, en la producción de acero como en la de vehículos automotores, Europa occidental y Japón compiten ventajosamente con los mismos Estados Unidos, pero no logran todavía hacerlo en lo que se refiere a la industria de máquinas-herramientas, principalmente las automatizadas. Lo que tenemos así es una nueva jerarquización de la economía capitalista mundial, cuya base es la redefinición de la división internacional del trabajo acaecida en el curso de los últimos cincuenta años. **(Marini, Ruy Mauro. En torno a Dialéctica de la Dependencia. [online] Disponível na Internet via URL: http://www.marini-escritos.unam.mx/005_dialectica_es.htm. Arquivo capturado em 25 de novembro de 2010)**

Hoje não sabemos quem é, ou quem são, os donos de uma determinada empresa, temos um grande numero de companhias com “cara” de companhias nacionais, mas dominadas pelo capital estrangeiro de forma parcial ou total, como a Gerdau, AMBEV, Vale entre outras.

“Uma parte cada vez maior do capital industrial – escreve Hilferding - não pertence aos industriais que o utilizam. Podem dispor do capital unicamente por intermédio do banco, que representa, para eles, os proprietários desse capital. Por outro lado, o banco também se vê obrigado a fixar na indústria uma parte cada vez maior do seu capital. Graças a isto, converte-se, em proporções crescentes, em capitalista industrial. Este capital bancário - por conseguinte capital sob a forma de dinheiro -, que por esse processo se transforma de fato em capital industrial, é aquilo a que chamo capital financeiro.” “Capital financeiro é o capital que se encontra à disposição dos bancos e que os industriais utilizam.” **(Lenin, Vladimir I. Imperialismo: Fase Superior do Capitalismo. [online] Disponível na Internet via URL: <http://www.marxists.org/portugues/lenin/1916/imperialismo/cap3.htm> Arquivo capturado em 21 de março de 2011)**

Este novo ciclo do capital traz novas possibilidades para a relação de dependência. Está nova relação só foi possível pelo surgimento do capital financeiro por sua natureza de fundir todas as formas de capital em uma, fazendo a mais valia circular entre o mundo na forma de juros, royalties, dívidas e outras. Hoje não existe nenhuma empresa que não se ligue a esse capital, todo banco, e qualquer empréstimo é um instrumento deste capital, podemos dizer que todo o ciclo de acumulação esta ligado em um grau de interação jamais visto na humanidade.

4.6.2 Capital financeiro e dependência: Uma síntese das alterações na dependência.

“Como quiera que sea, la expansión y aceleración tanto de la circulación de capital productivo como de la circulación del capital dinero han ido configurando una nueva economía mundial capitalista, que reposa sobre un esquema de división internacional de trabajo distinto al que regía antes de la crisis mundial que mencionamos inicialmente. Pasó el tiempo del modelo simple centro-periferia, caracterizado por el intercambio de manufacturas por alimentos y materias primas. Nos encontramos ante una realidad económica en que la industria asume un papel cada vez más decisivo. Esto es cierto aun cuando el capital industrial se amplía y fortalece en áreas extractivas y agrícolas; lo que es todavía más, cuando consideramos la extensión y diversificación a escala mundial de la industria manufacturera. El resultado ha sido un reescalamiento, una jerarquización de los países capitalistas en forma piramidal y, por consiguiente, el surgimiento de centros medianos de acumulación —que son también potencias capitalistas medianas—, lo que nos ha llevado a hablar de la emergencia de un subimperialismo.”(Marini, Ruy Mauro. **La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo.** [online] Disponível na Internet via http://www.marini-escritos.unam.mx/006_acumulacion_es.htmArquivo capturado em 25 de Maio de 2011)

Acima Marini destaca a nova forma como se desenvolveram as relações centro periferia no pós-guerra, esta relação agora mais complexa gera a existência de subcentros de acumulação. Eles a primeira vista aparecem como “escalas” de subordinação, no entanto, não alteraram a situação de dependência de um país, porque não acabaram com a existência da transferência de valor entre a periferia e o centro, só alteraram a sua forma.

Anteriormente ao tratar da industrialização da América Latina, percebemos que a mesma aconteceu de forma subordinada a relação de dependência, foi uma industrialização para responder as necessidades de consumo da esfera alta, e não de um projeto nacional autônomo das burguesias locais, buscando endogenizar o seu desenvolvimento interno. Podemos inclusive afirmar que foi uma industrialização dependentizante.

O grande vencedor do pós – segunda guerra saiu desta com seu parque fabril intacto, e com grandes reservas de capitais. Encontrou uma indústria espalhada pela periféria, fato causado pela guerra, que se combinou com a necessidade dos EUA de por em circulação seu grande acúmulo de capitais. Para manutenção de seus lucros ele moldou o mundo a sua necessidade. Para isso fez circular o capital pelo mundo, as inversões internacionais chegaram a patamares nunca antes visto, acordos bilaterais de livre comercio e de abertura das barreiras

criaram não só uma nova dinâmica do comércio financeiro mais forçou a existência de uma nova indústria.

Essa nova estrutura industrial, foi possível como parte da concentração e centralização do capital, onde a monopolização através de aquisições, fusões deu início a um processo de desnacionalização do parque fabril mundial. A burguesia assumia de forma definitiva o seu papel de classe internacional, e de uma classe que não daria mais espaço para novos concorrentes, as classes dirigentes da América Latina se inseriram de forma subordinada nesse novo tratado de funcionamento mundial.

Podemos sintetizar essas novas características em 4 pontos para compreendermos melhor a relação de dependência hoje são:

1ª - Transferência de valor se materializa em múltiplas formas.

Como mostramos anteriormente a necessidade da circulação do capital pelo mundo criou um novo arranjo produtivo. Essa nova estrutura espalhou a indústria como também uma gama de relações econômicas diversas.

2ª - Dependência não é mais sinônimo de desindustrialização.

Fruto deste novo arranjo da indústria, que ao alterar a formas de propriedades do parque fabril pelo mundo e “dividi-lo” pelo mundo de origem a essa nova característica. Esta diversidade se expressa em uma distribuição do parque industrial de formas mais ampla e diversa do que em qualquer momento do desenvolvimento humano. Multinacionais, inversões de capitais pelo mundo não são novidades na humanidade, no entanto, atingiram uma escala única na história humana.

3ª Subimperialismo, os subcentro de acumulação.

A terceira nova característica é fruto desse novo arranjo da produção mundial, onde os capitais atrás de rentabilidade procuram diversas regiões pelo mundo, essas novas localidades que tiveram uma maior industrialização serviram dentro do conceito de industrialização dependentizante, de gerentes locais do interesse das burguesias dos países centrais. Esse acordo entre a burguesia central e periférica foi acontecendo

São semicolônias ou colônias que, numa determinada área de influência, atuam como intermediárias dos interesses políticos, econômicos e inclusive militares do imperialismo. Esse é o papel que o Brasil cumpre em relação à sua área de influência, no terreno econômico, político e militar(Hernandez, Martin. Carta à

Direção do POI. [online] Disponível na Internet via <https://www.archivoleontrotsky.org/revista.php?revista=7232&p=27> Arquivo capturado em 25 de Maio de 2011)

Esta definição nos ajuda a entender este fenômeno, mas está longe de encerrar o debate, ficaremos por hora com a definição de Hernandes.

A subordinação destes subcentros aos centros principais se demonstra economicamente na forma contundente na exportação de capital destes aos países centrais. O novo arranjo produtivo baseado no capital como principal mercadoria faz com que em última análise um país sem indústrias, mas com fortes bancos seja o dominante na relação com outro país industrializado, pois quem detém o domínio do capital financeiro é quem detém também o domínio nas relações capitalistas. A criação de valor ainda é na indústria, só que o capital financeiro alterou a forma de apropriação da mais valia pelo mundo, ao subjugar as outras formas de capital a ela.

E os estados detém uma importância ímpar nesse processo, eles são os grandes gerentes destas transações pelo mundo. O grande exemplo são os tratados de livre comércio, os organismos multilaterais de comércio.

4ª- A transferência de valor se materializa principalmente na exportação de capital.

Esta característica é a mais determinante entre todas. Hoje a dependência não se apresenta apenas nas formas clássicas se dá também pela exportação de capitais, pois as relações de dependência também são subjugadas as relações dominantes do capital. Por isso, extraímos do estudo deste capítulo, que colocaremos a prova a seguir, é que para a dependência hoje se materializa, especialmente, no fluxo de capital em suas diferentes formas: juros, royalties, lucros, pagamento da dívida entre outras formas, além é claro na troca de mercadorias de natureza desiguais.

Essas novas características se somam com as antigas características, ou seja, elas não negam a existência da super-exploração. Como também não nega a existência da transferência de valor da economia da periferia para o centro através de um intercâmbio desigual entre mercadorias de naturezas diferentes.

5 O BRASIL É UMA ECONOMIA DEPENDENTE?

Tratamos até aqui como a América Latina foi inserida no capitalismo, agora responderemos: A economia brasileira ainda é dependente?

No resgate teórico demonstramos como o ciclo do capital necessita das relações centro-periferias para manter sua dinâmica de acumulação. E como estas relações se materializaram em uma extração de riqueza da periferia para o centro e na super-exploração dentro das economias periféricas.

Escolhemos a transferência de valor por acreditar que na fase imperialista a análise do fluxo de capitais e da balança comercial sejam determinantes. Por isto, analisaremos as relações da economia brasileira com o exterior, especificamente a balança comercial do país, assim como a importação de bens de capital e a dívida externa e interna.

5.1 Como comprovar, ou não, a existência da dependência?

No capítulo anterior destacamos quatro novas características da dependência, que são elas:

- 1ª - Transferência de valor se materializa em múltiplas formas.
- 2ª - Dependência não é mais sinônimo de desindustrialização.
- 3ª- Subimperialismo, os subcentro de acumulação.
- 4ª- A transferência de valor se materializa principalmente na exportação de capital.

Como iremos comprovar ou não a existência da dependência? Essas quatro características servem como partida para nossa pesquisa.

A primeira característica é muito importante, no entanto, serve para o momento em que abordamos o tema, pois é uma alerta, faz com que tenhamos que ampliar o nosso “leque de observações”, por tratar de uma relação que pode se apresentar de diferentes formas.

A segunda característica que trata de desmitificar a ideia de dependência ser igual à desindustrialização e isso pode ser percebida na pauta de exportação dos países dependentes pelo mundo.

A terceira característica irá se apresentar, ou não, no destino das exportações nacionais, onde podemos notar a influência da economia brasileira frente à região latino-americana. Importante destacar que esta é apenas uma das características do subimperialismo.

A transferência de valor de uma economia dependente causada pelo intercâmbio desigual é a causa elementar da dependência. Portanto, a quarta característica que trata de sua forma de materialização principal nos dias de hoje, é a o item principal a ser pesquisado. Junto ao fato do intercâmbio também pode se apresentar na forma de troca de mercadorias de natureza diferente, forma que originária de sua materialização. Sendo esses os itens chaves a serem pesquisados.

Pretendemos comprovar a existência, ou não, do intercâmbio desigual, através da transferência direta de capital ou pela troca de mercadorias de natureza diferentes de duas formas:

- a) Para verificar a existência da forma “clássica” iremos analisar a pauta de importação e de exportação.
- b) Para comprovar a segunda iremos analisar o fluxo de capitais, como também a análise de um instrumento histórico de transferência de valor: a dívida externa.

5.2 A Pauta de exportação do Brasil

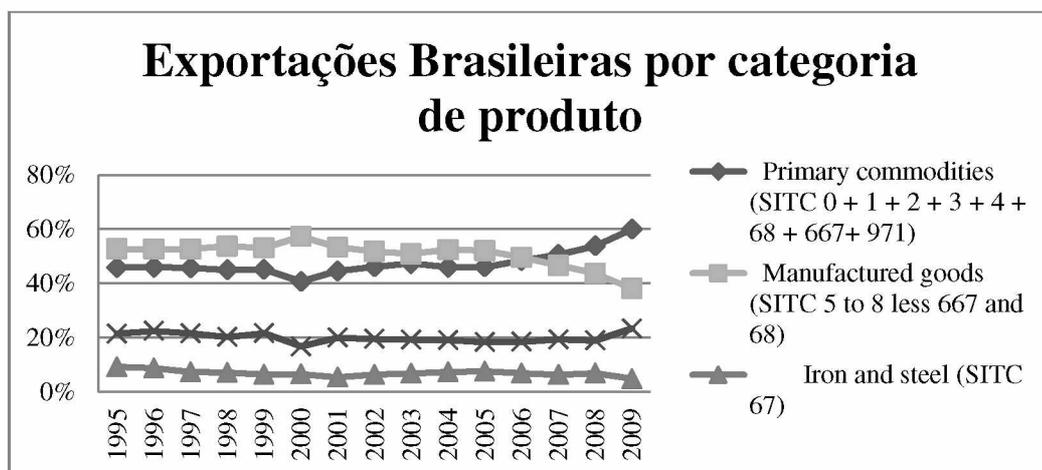


Gráfico 1 – Exportação Brasileira por categoria de produto

Fonte: UNCTAD

Podemos perceber que a maior parte das exportações é composta por produtos básicos, e esse domínio vem aumentando nos últimos anos. A situação é mais acentuada, pois aço e o ferro estão na conta de produtos manufaturados, no gráfico, os destacamos para demonstrar o seu forte peso. A posição de exportador de produtos primários não se reverteu, ao contrário, se agravou nos últimos anos.

Um quadro que amplia a fragilidade econômica do Brasil, pois o principal produto exportado pela economia nacional é de baixa tecnologia, ou seja, de fácil substituição, que, como demonstrado no capítulo anterior, sofre com a burla da lei do valor.

Em relação ao quadro geral, as exportações vêm crescendo, com exceção do ano de 2009 pela forte crise econômica internacional. Confirmando que apesar do crescimento global da economia brasileira as commodities são cada vez mais o principal produto de exportação.

Total das Exportações Brasileiras em milhões de U\$

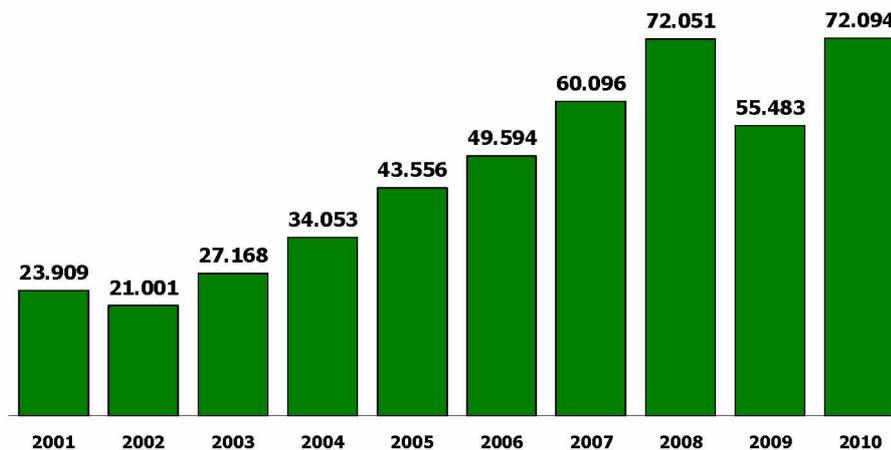


Gráfico 2 – Exportação Brasileira.

Fonte: COMEX - Brasil

Ao cruzarmos os dados deste gráfico com os dados do gráfico anterior, notamos um crescimento contínuo do total das exportações (com a exceção de 2009). No entanto, temos uma diminuição de manufaturados exportados (gráfico anterior), acompanhado pelo forte crescimento das vendas dos produtos primários. Um aumento capaz de reverter à queda dos manufaturados em um aumento geral das exportações.

5.2.1 Para quem a economia brasileira exporta?

Novamente recorremos a UNCTAD para fornecer um quadro das exportações brasileiras segundo seu destino.

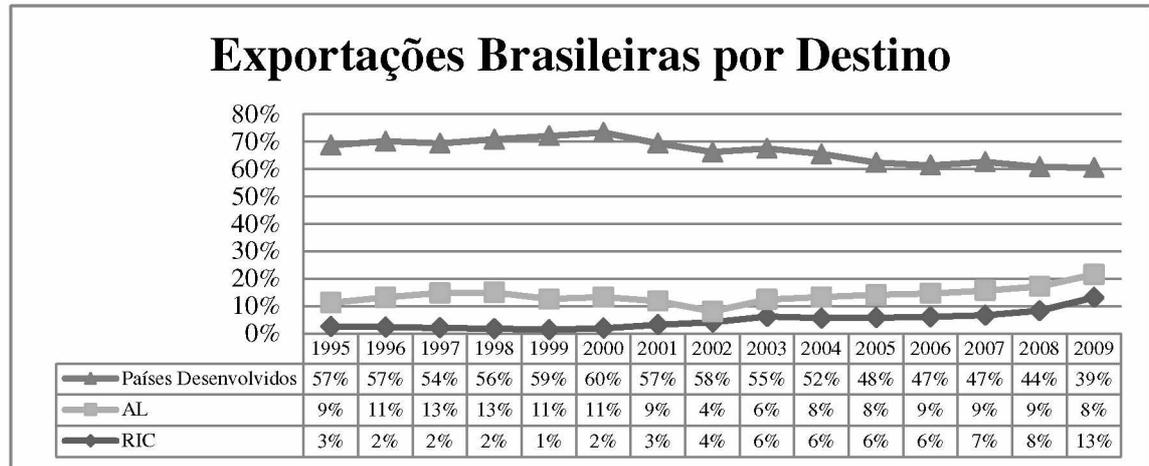


Gráfico 3 – Exportações Brasileiras por Destino.

Fonte: UNCTAD.

Percebemos que a maior parte das exportações é feita para os países desenvolvidos (segundo classificação da ONU), porém esta situação vem sofrendo uma significativa alteração com o aumento da participação no montante do bloco Rússia, Índia e China. O motivo para a acentuada queda do último ano é a atual crise econômica internacional.

A China, Índia e a Rússia mantêm, durante o período estudado, um padrão constante de crescimento de importações dos produtos brasileiros, tendência mais acentuada nos últimos anos. A América Latina também apresenta um quadro de crescimento em menor escala, podemos afirmar que neste caso está acontecendo uma recuperação depois de um período de queda, que teve seu cume em 2002.

Os países desenvolvidos apresentam estabilidade como destino das exportações depois de uma grande queda entre 2004 e 2005. Lembrando que o ano de 2009 a queda acentuada foi motivada pela recente crise.

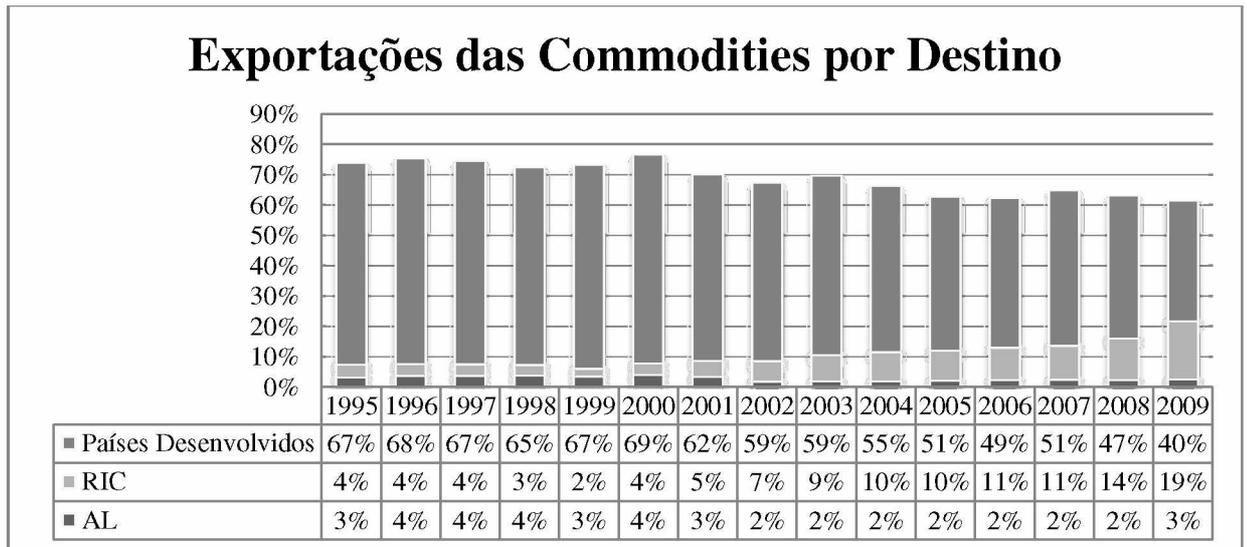


Gráfico 4 – Exportações Brasileiras de Commodities por Destino.

Fonte: UNCTAD.

Podemos notar uma forte semelhança com o comportamento do gráfico anterior. Uma queda com relação às vendas para os países desenvolvidos, neste caso mais acentuada. Existe também uma diminuição no patamar nas vendas para a América Latina durante o período de 2000 a 2002, seguido de uma estabilidade nos últimos anos. Novamente ocorre um crescimento acentuado nos últimos anos de exportações para a Rússia, Índia e China. Este é um padrão que se repete no quadro das exportações de alimentos:

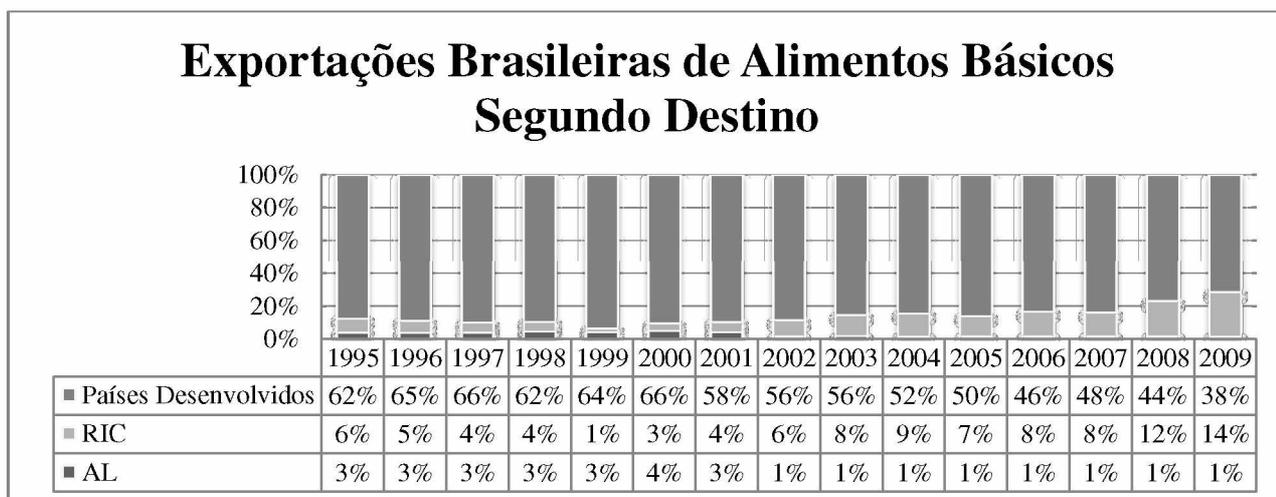


Gráfico 5 – Exportações Brasileiras de Alimentos Básicos por Destino.

Fonte: UNCTAD.

A conclusão é que o aumento geral das exportações foi provocado pelo crescimento da demanda da Rússia, Índia e China. Podemos observar ainda que ele se deu pela ampliação da venda de produtos não manufaturados ou de baixa manufatura. Este fato se deve ao crescimento da China, em especial, pelo seu aumento da demanda de Commodities.

5.3- Importações

Neste item estudaremos as importações, seu volume e sua composição. A tabela abaixo nos mostra o comportamento das importações durante o governo Lula.

Período	Importações FOB (em milhões de US\$)
2003	48325
2004	62835
2005	73600
2006	91350
2007	120617
2008	172984
2009	127715
2010	114421

Tabela 1 – Importações FOB(em milhões de US\$)

Fonte: IPEIADATA

Podemos ver que as importações cresceram de forma considerável, sendo que em 2012 foram quase iguais às importações. Podemos perceber que tanto importações e exportações cresceram. Cabe-nos agora analisar qual a pauta desta importação, o que podemos conferir no gráfico abaixo.

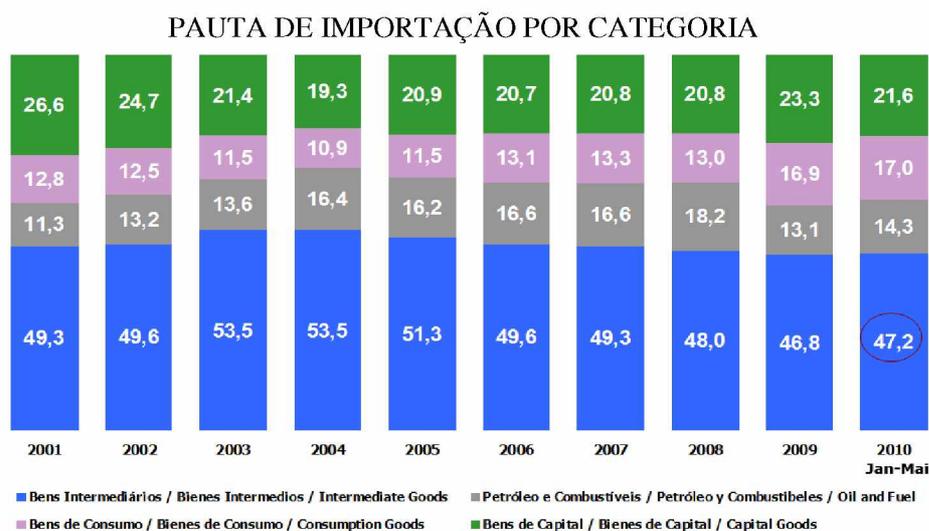


Gráfico 6 – Pauta de Importação por Categoria. Dados proporcionais ao volume de importações

Fonte: COMEX.

Podemos perceber que a pauta de importação é formada basicamente por produtos intermediários, que são bens já acabados aplicados da forma que estão normalmente em por outra indústria. Apesar de ter apresentado uma variação durante os anos estudados.

Um crescimento importante é a participação dos bens de consumo na pauta de exportação, que percentualmente aumentaram em 5 pontos sua participação, em um contexto de crescimento global das importações.

A diminuição na participação dos bens de capital na pauta de exportação, indica que esse crescimento da exportação não é fruto de um processo de renovação ou ampliação da indústria.

5.4 - Exportação de Capitais

Como estudado antes, a fase imperialista a principal mercadoria do capitalismo é o próprio capital. Exportado mundo a fora, procurando maior rentabilidade, como descrita abaixo:

“Entre las razones que determinan la inversión multinacional, podemos identificar desde luego el factor rentabilidad, es decir, su efecto en la cuota de ganancia de la empresa”. (Marini, Ruy Mauro. *Dialéctica de la Dependencia*. [online] Disponível na Internet via WWW. URL: http://www.marini-escritos.unam.mx/006_acumulacion_es.htm. Arquivo capturado em 25 de novembro de 2010)

Este capital atravessa o mundo, hora com uma forma, hora de outra. O importante aqui é entender esse processo de internacionalização do ciclo do capital.

“Lo que caracteriza realmente el periodo de la posguerra es la reconquista de ese mercado por e capital extranjero, pero ya no a través del comercio, sino más bien de la producción. Más que de la internacionalización del mercado interno, se trata de la internacionalización (y la consiguiente desnacionalización) del sistema productivo nacional, es decir, de su integración a la economía capitalista mundial”. (Marini, Ruy Mauro. *Dialéctica de la Dependencia*. [online] Disponível na Internet via. URL: http://www.marini-escritos.unam.mx/006_acumulacion_es.htm. Arquivo capturado em 25 de novembro de 2010)

Este processo hoje se dá no Brasil, como demonstra abaixo Godeiro, por isso, a relação do intercâmbio desigual, pode ser facilmente alterada de negativa para positiva, sem que deixe de existir a extração de riqueza.

“As vendas das 1200 maiores empresas brasileiras (Revista Exame), representou 62% do PIB brasileiro em 2008. 40% destas empresas são de propriedade estrangeira e 60% de capital nacional. Porém, este dado só vê o peso das empresas com controle estrangeiros. Não mostra o peso dos capitais estrangeiros (quando “minoritários”) nas companhias nacionais.

Alguns exemplos para ilustrar:

A Petrobrás em 2008 tinha 47% das ações em mãos de acionistas estrangeiros e boa parte dos 37,5% das ações pulverizadas foram adquiridas por estrangeiros. Em 2010, a Petrobras arrecadou por volta de US\$ 70 bilhões de dólares com venda de ações na bolsa, alienando cerca de 30% do seu valor.

Vale: cerca de 65% das ações são de estrangeiros. Os grandes acionistas estrangeiros da Vale são o Citibank, HSBC, J.P. Morgan Chase, Barclays, Fidelity Mangement, Vanguard Emerging Markets, Morgan Stanley, Templeton e Back Rock”.
(GODEIRO, Nazareno. O Governo Lula e a recolonização econômica do Brasil: O Brasil é peça chave na nova divisão internacional do trabalho, junto com a China, a Índia e a Rússia.(os BRIC's). Correio Internacional, São Paulo, n., p.20-23, mar. 2011.)

5.4.1 Renda de Investimentos

É o item da conta pública que demonstra a entrada e saída de renda dos investimentos estrangeiro no país.

Discriminação	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Renda de investimentos	-8903	-10898	-11609	-14926	-18292	-18990	-17965	-19838
Renda de investimento em carteira	-918	-3949	-4191	-5635	-6950	-7710	-8545	-9621
Renda de outros investimentos (juros)**	-3651	-4403	-5223	-4710	-5758	-7617	-6181	-5579

Discriminação	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Renda de investimentos	-18292	-18661	-20701	-26181	-27657	-29740	-41107	-34287
Renda de investimento em carteira	-8384	-8743	-10415	-11778	-11028	-7065	-8039	-9213
Renda de outros investimentos (juros)**	-4925	-4820	-4497	-4101	-3803	-5185	-6293	-5332

** Até 1981, o total de juros foi considerado como rendas de outros investimentos. A partir de 1982 foi distribuído em investimento direto (empréstimo intercompanhia), investimento em carteira (títulos de renda fixa) e outros investimentos.

Tabela 2- Renda de Investimentos

Fonte: Banco Central

Podemos perceber que apesar do o investimento de carteira se manter estável, existe um fluxo contínuo e crescente de envio de renda para o exterior, o maior envio de renda para o exterior coincide com o período de início da atual crise econômica mundial.

5.4.3 Dívida Externa

Primeiro, definiremos o que é dívida externa, através de um trecho de uma palestra de Maria Lucia Fattorelli.

DÍVIDA EXTERNA: O conceito clássico, de que dívida externa é a dívida contraída em moeda estrangeira junto a credores externos, residentes no exterior, já não vale mais. Desde setembro de 2005, mas mais intensamente a partir de setembro de 2006, o governo brasileiro está emitindo títulos da dívida externa em Reais. Interessante notar que justamente quando o dólar entra em queda livre, a partir do segundo semestre de 2006, o Tesouro Nacional passa sistematicamente a emitir títulos da dívida externa em Reais, preservando interesses dos rentistas estrangeiros que assim trocam seus dólares (que estão se desvalorizando) por Reais. (Carneiro, 2008)

A dívida externa representa o maior flagelo da economia brasileira, pois é a maior transferência de renda para o exterior. Abaixo temos uma demonstração do tamanho deste rombo na economia nacional.

Nos 39 anos analisados, a dívida externa significou uma transferência líquida de recursos ao exterior da ordem de US\$ 144 bilhões, e ainda temos uma dívida externa de US\$ 282 bilhões. Cabe ressaltar que historicamente, a parte mais significativa da dívida externa (superior a 80%) foi a dívida contratada com bancos comerciais – a maioria privados internacionais – que contaram com o constante apoio do FMI (DÍVIDA, 2010)

Um importante detalhe é que a maior parte da dívida foi contratada diretamente com bancos internacionais, demonstrando assim o destino dessa renda, os países centrais.

Uma breve análise no gráfico abaixo nos permite perceber que a dívida continua aumentando. Ela tem uma breve queda de 2003 a 2006, para depois assumir em 2010 o maior patamar da história.

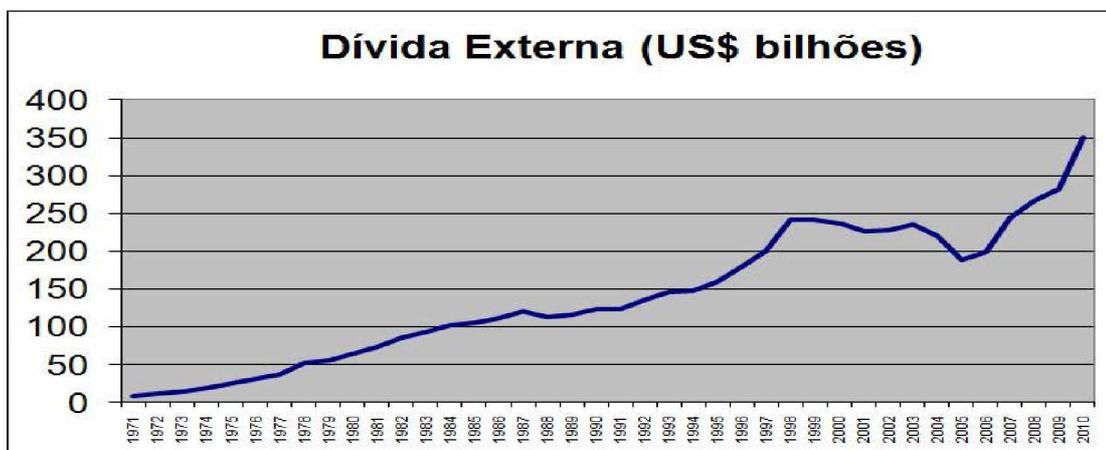


Gráfico 7 – Dívida Externa em Bilhões (US\$)

Fonte: Banco Central - Nota para a Imprensa - Setor Externo - Quadro 51 e Séries Temporais - BC

Um argumento usado pelo PT nas eleições foi o suposto pagamento da dívida externa, por isto, o informe da Auditoria cidadã sobre a administração da dívida durante o Governo Lula, é tão importante.

A inclusão da “Cláusula de Ação Coletiva” (CAC) nos títulos da dívida externa a partir de 2003 e determinou alterações profundas nas condições do endividamento, tais como a concentração dos poderes em uma super-maioria de credores (que detenham 85% do valor da dívida), no caso de dificuldades de pagamento da dívida. A referida cláusula prevê que tal super-maioria de credores possa impor que o Brasil renuncie à sua soberania, e que efetue qualquer emenda, alteração, modificação ou renúncia relativa aos títulos de dívida, até mesmo sem o consentimento do Brasil. Portanto, há indícios de que as disposições da CAC violam diversos dispositivos da Constituição Brasileira. . (DÍVIDA, 2010)

O texto segue alertando que esta cláusula não foi aprovada pelo senado federal, como determina a constituição brasileira, apesar de representar uma alteração nas condições dos empréstimos.

Especificamente sobre o suposto pagamento da dívida pelo governo petista em 2005, o texto trás:

A CPI identificou a realização de recompra antecipada de títulos da dívida externa brasileira com pagamento de ágio que chegou a atingir percentual superior a 50% do valor de face do título, e também por meio de emissão de títulos da dívida interna, muito mais cara para o país, e muito mais rentável aos investidores estrangeiros. O pagamento antecipado ao FMI em 2005 também significou a troca de dívida externa mais barata por dívida externa e interna mais cara e com CAC. (DÍVIDA, 2010)

A conclusão é que a administração da dívida durante o período de 2002 a 2010 é desastrosa, pois, além de não pagar a dívida como divulgado, o governo a fez crescer, inclusive de forma ilegal. Pesa ainda, uma observação da própria CPI em relação à administração da dívida deste governo:

A CPI identificou a tomada de empréstimos de Instituições Financeiras Multilaterais, como o Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento, que impuseram privatizações e outras condicionalidades nocivas ao país para diversas áreas: Meio Ambiente, Fiscalização tributária, Educação, Transporte, dentre muitas outras. Tais empréstimos não teriam sido necessários, caso o orçamento da União não priorizasse o pagamento da dívida e assim dispusesse de recursos próprios para tais áreas. (DÍVIDA, 2010)

5.4.4 Dívida Interna

A análise da dívida interna (DI) faz parte deste estudo por ser como define em uma palestra da Fatorrelli:

DÍVIDA INTERNA: O conceito clássico, de que a dívida interna (DI) corresponde à contraída em moeda nacional junto a credores internos, residentes no país, também já não vale mais, pois boa parte da DI (que atingiu 1,4 bilhão de reais em dez/2007, tendo crescido 40% em apenas 2 anos!) encontra-se nas mãos de estrangeiros. O governo brasileiro abriu totalmente o fluxo do mercado financeiro (garantindo total liberdade de capitais, sem qualquer limitação de volume, prazo de permanência, tributação, exigência de informação do motivo da entrada ou da saída, enfim, ou qualquer outro mecanismo de controle) e ainda garante isenção de imposto de renda (desde 2006, e CPMF desde 2003) para estrangeiros que investem em títulos da dívida interna brasileira – a qual remunera às maiores taxas de juros do mundo! Assim, boa parte da dívida interna encontra-se em mãos de estrangeiros, que ganharam em 2007 cerca de 30% em apenas um ano (13% de juros, em média, e 20% de desvalorização do dólar frente ao Real). (Carneiro, 2008)

A dívida interna como demonstrado acima, tem uma ligação direta com a dívida externa, visto que a internacionalização da mesma acaba se transformando em mais uma forma de extração de riqueza via transferência de renda. Iniciamos com a investigação dos “não estrangeiros” dos papéis desta dívida. Poderíamos dimensionar o tipo de ligação que os mesmos têm com as economias centrais, se são bancos, filiais. Demonstrando assim mais um lado oculto desta relação. Podemos analisar os dados abaixo:

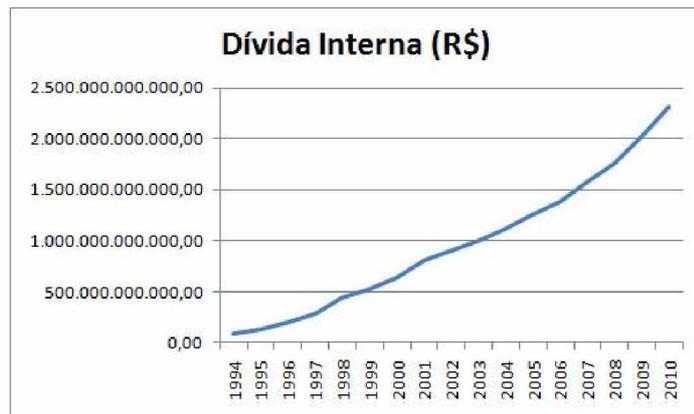


Gráfico 8 – Dívida Interna (R\$)

Fonte: Dívida - Auditoria Cidadã

O gráfico acima demonstra que a dívida interna durante os últimos anos só tem aumentado, os fatores deste aumento foram citados acima, desvalorização do dólar e taxas de juros maiores. Durante o período do governo Lula houve o crescimento da internacionalização desta dívida, acentuando a transferência de renda.

5.5 Dependência e o Brasil: Mudar para não mudar

Em nosso trabalho buscamos entender como as relações de dependência de um país se dão hoje, no começo na pagina tal deste trabalho indicamos duas formas de comprovar, ou não, a situação de dependência do Brasil, foram eles:

- a) Para verificar a existência da forma “clássica” iremos analisar a pauta de importação e de exportação.
- b) Para comprovar a segunda iremos analisar o fluxo de capitais, como também a análise de um instrumento histórico de transferência de valor: a dívida externa.

Agora é iremos relacionar estes itens aos dados encontrados. Com relação ao item (a) que se refere à verificação da existência de um intercâmbio desigual através da troca de mercadorias de natureza diferente, podemos afirmar que:

- Houve um aumento no volume de importações e exportações, demonstrando um crescimento da economia;
- A economia brasileira teve um crescimento da exportação de commodities.
- Esse aumento vez com que a quantidade de produtos primários e commodities supera-se aos de produtos industrializados
- Houve uma manutenção da superioridade de importação de bens de consumo, e uma manutenção dos patamares de importação de bens de capital.

A conclusão é que mesmo esta análise da balança comercial ser mais conjuntural, existe uma acentuada troca de produtos de natureza desigual, compra de bens de consumo e venda de commodities, situação que se ampliou durante o governo Lula.

Sobre o item(b), usamos as dívidas interna e externo devido elas representarem um mecanismo incontestado de transferência de valor de um país para credores mundiais. A dívida interna é a contraída em moeda corrente nacional, o que não limita a esse valor ser pago a credores locais, por dois motivos: (a)A crescente posse destes títulos por credores internacionais, (b) A interligação do sistema financeiro, que só pode ser compreendido internacionalmente. A dívida externa é um dos mecanismos mais tradicionais de transferência

de valor de um país para credores internacionais, portanto, não poderíamos deixar de fazer essa análise sem leva-lo em conta.

Renda de Investimentos é o item da conta de um país que trata da relação de entrada e saída de capital estrangeiro no que tange seus investimentos no país.

Podemos destes itens concluir:

- Um elevado crescimento da dívida interna e externa
- Crescimento constante no envio na remessa de lucro para o exterior, assim como de royalties e outros.
- Embora o fluxo de capital seja positivo, o IDE e IDC estão em um patamar muito abaixo da dívida externa e da remessa de lucro e royalties, confirmando a existência de um fluxo de capital para o exterior.

As conclusões finais de nossa pesquisa deixaremos para o próximo capítulo do texto. No entanto, podemos apontar aqui que a única mudança foi o crescimento do volume da economia, com o aumento de exportações e importações, o que reflete um crescimento econômico. Apesar dessa mudança o intercâmbio desigual de faz presente, tanto na troca de mercadorias, como na transferência de valor direta através de capital.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes de iremos às conclusões sobre a pesquisa faremos uma breve retomada de nossos argumentos. Como também apontaremos os limites de nosso estudo e dar sugestões de pesquisas.

O governo federal, beneficiado por um contexto econômico favorável, fez uma grande propaganda do suposto balanço de seu governo, fundamentado na ideia de que o Brasil começava a se tornar um país desenvolvido. Para por essa afirmação à prova, buscamos a resposta para a pergunta: Se o Brasil alterou ou não seu papel na divisão internacional do trabalho, durante o governo Lula? Precisamente se o Brasil deixou ou não de ser um país dependente?

Para podermos compreender o presente temos que entender o passado. Por isso retornamos a formação do capitalismo na América Latina, seguindo o caminho traçado por Marini, para extrairmos como a relação de subordinação de economias formalmente independentes a outras economias foi gerada. Em resumo, o processo de expansão capitalista trouxe consigo a necessidade de matérias primas e alimentos baratos para a manutenção da escala de acumulação de capital. Acabou-se encontrando nas economias latino-americanas uma fonte para a obtenção desses recursos.

Este choque de momentos históricos diferentes que se combinaram é um grande exemplo de desenvolvimento desigual e combinado. Em outras palavras, os processos históricos não são iguais, e não seguem modelos, são peculiares. Como interferem em outros processos ao mesmo tempo em que se desenvolvem. O que antes era motivo de impasse, as relações feudais e escravistas existentes na América Latina se tornaram uma das virtudes do seu desenvolvimento capitalista no continente, possibilitando a acumulação de capital necessária para sua expansão.

Importante também entender como as relações de dependência na fase imperialista se dão. Na atual fase, a principal mercadoria é o próprio capital, ele corre o mundo assumindo diversas formas, sempre em busca de maior lucro. Hoje são comuns processos como fusões e aquisições, como as transições nas bolsas de valores, onde a posse do parque industrial mundial troca de mãos em minutos, portanto, como entender a dependência neste panorama?

Nas décadas de 1950 e 1960 havia sentido a visão simplista onde os países dependentes eram aqueles produtores de matéria prima e os centrais os produtores de bens de consumo e de capital, pela forma que se estabelecia a divisão internacional do trabalho. No entanto, com o desenvolvimento das relações imperialistas e a migração do capital pelo mundo, a industrialização da periferia hoje a dependência assumiu inúmeras formas, o que determina qual sua posição de centro ou periferia é a existência do intercâmbio desigual independente da forma que este se constitui.

Para confirmar a situação de dependência da economia brasileira, analisamos as duas principais formas de materialização do intercâmbio desigual: a “clássica” que se constitui através da balança comercial, ou seja, exportação de matérias primas e alimentos, e importação de bens de capital. E a forma constituída pela remessa direta de capitais, através de juros, remessa de lucro, dívida externa e outras formas. Nessa ultima forma o destino do capital demonstra se a economia exporta ou importa capitais, na fase imperialista, não importa onde esteja instalada a empresa e sim onde ficam os lucros.

Portanto, para obtermos nossas conclusões sobre a atual situação do Brasil frente à divisão internacional do trabalho, realizamos uma pesquisa para identificar o atual comportamento de cada um dos pontos acima levantados.

Sobre a balança comercial, percebemos que as matérias primas e os alimentos, representados na forma de commodities ainda são o principal item na pauta de exportação, além de estar aumentando a sua importância na mesma.

O outro lado da balança comercial são as importações, como demonstrado em nossa pesquisa, ela vem sofrendo uma variação em sua participação no volume total das mesmas, sendo que apesar disto mantém sempre dentro de um patamar histórico, ou seja, sem alterações significativas em seu comportamento.

Podemos concluir aqui que a economia brasileira ainda sofre com o intercâmbio desigual, pois exporta matéria prima e alimentos e importa produtos de bens de capital e bens de consumo. Nesse quesito a economia brasileira ainda mantém a mesma posição que detinha antes do governo do PT na presidência da republica.

Com relação à forma de materialização da dependência no fluxo de mais-valia através do capital financeiro, observamos que o envio ao exterior em suas diferentes formas só aumentou nos últimos anos.

Este fato sozinho é forte o bastante para nos fazer concluir que a economia do Brasil ainda é uma economia dependente. Logo, não alterou sua posição na divisão internacional do trabalho.

A manutenção do intercâmbio desigual, através da balança comercial, pela troca de produtos de natureza diferentes e pela ampliação do envio ao exterior de capital, são confirmações da atual posição de dependência da economia do Brasil.

Importante esclarecermos, afirmar que a posição é a mesma não significa que não existiram mudanças na economia, durante grande parte do período referente ao último governo, houve um ciclo de crescimento econômico mundial, onde a economia do Brasil se destacou, no entanto, isto não significa uma alteração na posição da economia na divisão internacional de trabalho, e são estas mudanças que confundem uma análise não criteriosa sobre o balanço do governo passado.

Outro fato é a inflação das commodities, atualmente o principal produto de exportação da economia brasileira, causa um ágio gerando um “rapto” de uma maior parcela de mais valia pelo Brasil. Este quadro só pode ser entendido com o atual crescimento da China, que é uma economia voltada para a produção de todo tipo de produtos manufaturados, necessitando para continuidade de seu crescimento o suprimento de alimentos e matérias primas baratas, fornecidos pela economia brasileira. Se existe alguma mudança, foi de quantidade, com a ampliação da dependência da economia brasileira ao fôlego do crescimento chinês.

Algumas questões que foram levantadas devem ser tema de futuras pesquisas, uma delas é estudar a relação do Brasil com a China, como a inflação das commodities. Outra questão que chamou a atenção foi à necessidade de entender a internacionalização de empresas a partir do Brasil, em especial, porque estas fronteiras não se limitam a América Latina.

7 BIBLIOGRAFIA

Brasil, BBC. 2011. *tropas-do-brasil-fazem-ocupacao-do-haiti-diz-oab*. 25 de Maio de 2011.

Carneiro, Maria Lucia Fattorelli. 2008. Palestra Conselho Federal da OAB . 08 de 04 de 2008.

Costa, Ana Clara. 2011. *BNDES deve retomar internacionalização em 2011*. 25 de Maio de 2011.

DÍVIDA, COORDENAÇÃO DA AUDITORIA CIDADÃ DA. 2010. CPI da Dívida Pública. *CPI da Dívida Pública*. 30 de 03 de 2010, p. 8.

Hernandez, Martin. *Carta à Direção do POI*. [Online] [Citado em: 2011 de Maio de 25.] <https://www.archivoleontrosky.org/revista.php?revista=7232&p=27> Arquivo capturado em 25 de Maio de 2011).

Kosik, Karel. 1976. *Dialética do Concreto*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1976.

Lênin, Vladimir I. Imperialismo: Fase Superior do Capitalismo. *Marxists*. [Online] [Citado em: 2011 de Maio de 25.] Lenin, Vladimir I. Imperiali <http://www.marxists.org/portugues/lenin/1916/imperialismo/cap3.htm>.

Luce, Mathias. LA EXPANSION DEL SUBIMPERIALISMO BRASILEÑO. *Constituyente soberana*. [Online] [Citado em: 2011 de Maio de 25.] http://www.constituyentesoberana.org/3/noticias/economia/112010/011110_2.pdf.

Magalhães, Luís Felipe Aires. 2009. O Investimento Estrangeiro Direto (IED) na América Latina: Elementos para uma análise totalizante. 2009.

Marini, Ruy Mauro. La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo. *Marini Escritos*. [Online] [Citado em: 2011 de Maio de 25.] http://www.marini-escritos.unam.mx/074_subdesarrollo_revolucion_1_es.htm.

Marini, Ruy Mauro. Dialéctica de la Dependencia. *Escritos Marini*. [Online] [Citado em: 2011 de Maio de 25.] http://www.marini-escritos.unam.mx/006_acumulacion_es.htm.

Marini, Ruy Mauro. En torno a Dialéctica de la Dependencia. [online] Disponível na Internet via WWW. URL: http://www.marini-escritos.unam.mx/005_dialectica_es.htm. Arquivo capturado em 25 de novembro de 2010. arini, Ruy Mauro. En torno a Dialéctica de la Dependencia. [Online] [Citado em: 2011 de Maio de 25.] http://www.marini-escritos.unam.mx/005_dialectica_es.htm.

Marini, Ruy Mauro. Subdesarrollo y Revolucion. *Escritos Marini*. [Online] [Citado em: 2011 de Maio de 25.] http://www.marini-escritos.unam.mx/074_subdesarrollo_revolucion_1_es.http.

Marx, Karl & Engels, Friederich. Manifesto do Partido Comunista. *Marxists*. [Online] [Citado em: 2011 de Maio de 25.] Marx, Karl & Engels, Friederich. Manifesto do Partido Comunista. [online] Disponível na Internet via URL: <http://www.marxists.org/portugues/marx/1848/ManifestoDoPartidoComunista/cap1.htm> Arquivo capturado em 25 de novembro de 2010.

O Governo Lula e a recolonização econômica do Brasil: O Brasil é peça chave na nova divisão internacional do trabalho, junto com a China, a Índia e a Rússia. (os BRIC's). **GODEIRO, Nazareno. 2011.** 2011, Correio Internacional, pp. 20-21.

O Sistema Financeiro e suas Crises. **Hilfreding apud Iturbe, Alejandro. 2009.** 2009, *Marxismo Vivo*, p. 40.

Ourique, Nildo. De renúncias e tradições. A propósito de Maria da Conceição Tavares. . *Portal IELA.* [Online] [Citado em: 2010 de Novembro de 25.] <http://www.iela.ufsc.br/?page=noticia&id=1575>.

Seabra, Fábio Bueno e Raphael. 25. *A teoria do subimperialismo brasileiro: notas para uma (re)discussão contemporânea.* 2011 de maio de 25.

Trotsky, Leon. marxists.org. [Online] [Citado em: 18 de 11 de 2011.] <http://marxists.org/portugues/trotsky/1930/historia/cap01.htm>.